



**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 24<sup>a</sup> Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2011, da Comissão de Agricultura, aprovado em 16/06/2011, de autoria da Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa de trabalho:

- Sr. Daniel Marteleto Godinho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

- Sr. Rogério Fabrício Glass, Analista de Comércio Exterior da Coordenação-Geral do Agronegócio, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

- Sr. Carlos Domingos Poletto, Presidente da Cooperativa Agropecuária & Industrial – Cotrijui;

- Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

- Sr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC;

- Sr. Carlos Raimundo Paviani, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho – Ibravin.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia, essa Senadora que abrilhanta o Senado da República, há pouco tempo, com a sua capacidade de trabalho e sua inteligência.

Quero parabenizar a Senadora pela iniciativa de trazer para a Comissão de Agricultura um debate de importância ímpar para o agronegócio brasileiro, principalmente para os Estados da região Sul e, se me permitir, Senadora, para o meu querido Mato Grosso do Sul, que, ao longo dos anos, vem sofrendo com as políticas de comércio exterior, principalmente em relação ao Mercosul.

É importante destacar que, com o advento da Organização Mundial do Comércio, OMC, resultante das negociações da Rodada do Uruguai, entre 1986 e 1994, foi realizado o chamado acordo agrícola. Esse acordo constitui suporte fundamental da normatização do comércio agrícola, com o objetivo de torná-lo mais justo e orientado pelo mercado por meio da redução das barreiras comerciais e dos subsídios à agricultura. Muito mais que um acordo agrícola, o



objetivo principal era formar um mercado comum, com livre circulação de capital, trabalho, bens e serviço.

Apenas para ilustrar a importância do debate, citamos os dados da balança comercial do agronegócio – insisto, balança comercial do agronegócio –, que, neste primeiro semestre de 2011, movimentou US\$43,1 bilhões, registrando um superávit da ordem de US\$34,7 bilhões, decorrente das importações, que registraram um total de 8,3 bilhões, um crescimento de 23,4% das exportações, sendo que as importações cresceram 36,8 em relação ao mesmo período de 2010.

Em relação a todos os setores, as exportações alcançaram o total de US\$140,6 bilhões e as importações, um total de U\$124,5 bilhões, com um superávit de US\$16,1 bilhões. Significa dizer que o agronegócio, a exemplo dos outros anos, emprestou, somente neste ano, aos demais setores da economia, US\$18 bilhões para cobrir o déficit das transações comerciais.

O debate que se irá fazer aqui, hoje, é muito importante para os setores envolvidos – arroz, carne, trigo, vinho e leite –, porque os dados demonstram aumento nas importações de trigo, produtos lácteos, além de produtos florestais – papel e celulose –, sem considerar que parte desses produtos dos países vizinhos tem custo de produção muito inferior aos nossos, dificultando a exportação e uma concorrência justa em termos de mercado internacional.

No âmbito do Mercosul, os dados de 2010 demonstram que a balança comercial brasileira é superavitária em aproximadamente US\$6 bilhões, com exportação total de US\$22,6 bilhões e importação total de US\$16,6 bilhões.

Entretanto, em relação aos produtos agrícolas, o Brasil é deficitário em US\$3,27 bilhões, quando exportou 1,13 e importou US\$4,4 bilhões.

Então, esta é a questão: embora no Mercosul o Brasil seja superavitário no total, em relação ao agronegócio nós temos um déficit de US\$3,27 bilhões.

É importante destacar que o processo de integração e a União Aduaneira estão incompletos. Não há livre circulação de mercadoria e demais fatores de produção, e a chamada “tarifa de excreção”, a chamada TEC, facilita a tomada de medidas por um país membro do bloco sem a necessidade de anuência dos demais, impedindo a plena integração, o que demonstra a necessidade de harmonização das políticas comerciais entre os Estados partes do bloco para a completa integração.

O Custo Brasil tem sido um dos grandes problemas relacionados ao comércio exterior.

No caso do arroz, os estudos da CNA apontam que o custo de produção do Rio Grande do Sul é 44% maior que no Uruguai, 27% maior que na Argentina e 19% maior que no Paraguai, devido à tributação dos insumos no Brasil.



Os tratores e máquinas agrícolas produzidos no País e exportados para os países do Mercosul custam mais caro no mercado interno porque sofrem a incidência de impostos.

Para concluir, todos sabemos que o comércio internacional impõe regras que não nos permitem impor cotas de importação, tarifas de proteção do mercado interno, barreiras fitossanitárias e outros mecanismos que poderiam dar mais proteção e competitividade à produção nacional, mas eu gostaria que, nesta audiência pública, pudéssemos refletir sobre algumas questões que tenho como importantes.

Primeiro, o que os palestrantes têm a dizer em relação à harmonização das políticas comerciais relativas ao Mercosul?

Dois, como o custo de produção nos países membros é inferior aos nossos, afetando a competitividade dos nossos produtos, o que pode ser feito em nível de comércio exterior para a proteção da produção nacional, evidentemente, sem afetar as relações internacionais com esses países?

E, terceiro, Custo Brasil, aproveitando o lançamento do Plano Brasil Maior, feito pela Presidente Dilma, regulamentado pelo Decreto nº 7.540, publicado no *Diário Oficial da União* em 03/08/2011, em que o Governo Federal estabelece a sua política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014, focado no estímulo à inovação e à produção nacional, buscando desoneras os investimentos e exportações, criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas, melhoria dos instrumentos financeiros e tributários, de estímulos às exportações, defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias, facilitação do comércio, enfim, como essas medidas podem alcançar o agronegócio brasileiro?

Isso tudo foi feito para a indústria e, aqui, talvez a gente pudesse trazer esse gancho, para que isso também pudesse alcançar o agronegócio brasileiro, já que se tem falado muito no estímulo do setor industrial.

A Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, é a primeira Parlamentar a se pronunciar.

Eu queria saber da Senadora se nós vamos fazer isso ou se nós vamos dar início aos palestrantes e, em seguida, aos questionamentos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu queria, primeiro, agradecer as referências de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Waldemir Moka. Fico feliz por V. Ex<sup>a</sup> estar comandando esta audiência pública por mim requerida, pela habilidade e pelo conhecimento que tem dessa matéria e pela importância que ela tem para a economia do País na geração de renda, na geração de empregos, na geração, sobretudo, de superávit comercial, que é o ponto fundamental referido e salientado aqui.

Eu queria sugerir que se começem, já, os depoimentos, porque alguns dos palestrantes têm compromisso de viagem. Eu sugeriria, dada a



---

relevância do tema, que fossem concedidos a cada um deles 10 minutos, porque são cinco os expositores, e se faria uma interlocução maior a respeito desse tema tão importante, até porque V. Ex<sup>a</sup> tem à mão, também, algumas questões administrativas desta Comissão, que deveremos examinar posteriormente ao debate.

Então, penso que seja o melhor caminho, antecipando os agradecimentos à aquiescência das autoridades que compareceram, gentilmente, para prestar informações relevantes sobre esse tema.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai acatar a sugestão da Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, e nós vamos, sem delongas, passar a palavra ao Sr. Daniel Marteleto Godinho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Em primeiro lugar, um bom dia a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muitíssimo o convite para participar deste debate, um convite que muito me honra, pessoalmente, e honra o nosso Ministério, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Trago os cumprimentos do Ministro Fernando Pimentel a todos os senhores.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka; cumprimentar a Senadora Ana Amélia e parabenizá-la pela iniciativa; cumprimentar, igualmente, todos os nossos colegas de mesa, representantes do setor privado, com quem sempre temos um diálogo totalmente aberto e sempre o teremos; cumprimentar, também, os colegas de Ministério que aqui vejo, em especial o colega da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, que muito nos ajudará nos debates; e um cumprimento geral a todas as demais autoridades e colegas aqui presentes.

Decidimos, talvez para contextualizar o nosso debate, preparamos no Ministério, junto com a nossa equipe, uma breve apresentação e eu vou procurar ser muito fiel ao prazo que me foi delegado.

Bom, para a nossa apresentação, nós decidimos focar no principal acordo comercial brasileiro, que é o Mercosul. O Mercosul, mais que um acordo, é uma verdadeira prioridade da política externa brasileira, reiterada, por diversas vezes desde a sua criação, em 1991, por todos os governos que assumiram e comandaram este País. Por esses dados, já começamos a perceber com clareza que o Mercosul envolve quatro economias bastante assimétricas. Daí a explicação para vários de seus problemas de origem, que debateremos aqui em breve.



Gostaria de chamar a atenção para os dados referentes à corrente de comércio. Como os senhores todos podem perceber, o Brasil apresenta dados referentes à corrente de comércio três vezes maiores que os da nossa vizinha Argentina e cerca de vinte a trinta vezes maiores que os demais sócios do Mercosul. Em termos de exportações, esse dado não figura na nossa apresentação. Mas o Brasil, em 2010, exportou US\$202 bilhões contra 66 bilhões exportados da Argentina. Um dado relevante para todos os senhores é que, este ano, nossa meta de exportação é de 245 bilhões.

Bom, mais dados sobre a evolução do intercâmbio comercial Brasil/Mercosul. Antes de registrar que, desde 2003 – que é o foco deste *slide* –, o Brasil registra superávit com todos os parceiros do Mercosul, eu preciso dizer que, desde 91, data novamente da criação do Mercosul, o comércio intrabloco cresceu cerca de dez vezes. Então, esse é um dado importante também para que contextualizemos o nosso debate.

Em termos de exportações e importações, podemos perceber que, desde 2002, temos uma tendência muito forte de crescimento das exportações intrabloco, exportações brasileiras intrabloco, com exceção do ano de 2009, e também uma tendência de importações decrescentes, a partir também do ano de 2002. Eu acho que esse é um dado que demonstra uma tendência importante para a nossa balança comercial.

Em termos de exportações para o Mercosul, nossas exportações, no valor de 22 bilhões, em 2010, muito concentradas no mercado Argentino.

Em termos de importações, da mesma forma, 16 bilhões, e também uma concentração muito importante, novamente, em nosso principal parceiro comercial, a Argentina, nosso principal vizinho.

Em termos de composição da pauta exportadora brasileira para os nossos vizinhos, temos, ao contrário... Se pegarmos toda a pauta exportadora brasileira, nós sabemos, e esse é um dos problemas que, enfim, tentamos mitigar ao longo dos tempos, de forma geral, maior valor agregado para as exportações brasileiras, sabemos todos que 47% das exportações brasileiras hoje são compostas por produtos básicos, enquanto os demais 53% por produtos industrializados. Essa realidade não ocorre nas exportações brasileiras para os nossos vizinhos. Podemos ver por este *slide* que temos uma concentração muito importante de exportações de manufaturados, o que é uma boa notícia para a indústria brasileira.

Então, para a indústria brasileira, o Mercosul é muito importante, e o próximo *slide* mostra isso de uma forma ainda mais clara. E aí temos que 91%, então, de nossas exportações para os vizinhos são compostas de produtos manufaturados. Desses 91%, chamo a atenção para o fato de que 70% representam produtos de média e alta tecnologia. Ou seja, nossos vizinhos do Mercosul são demandantes de bens de alto valor agregado produzidos neste País.



Agora, em relação aos dados de importação, também temos uma forte concentração nos manufaturados. Eu acho que isso nos ajuda a perceber também e a contextualizar mais uma vez o nosso debate. No próximo *slide*, o dado concreto: 70%, quase 80% de nossas importações dos vizinhos também compostas de produtos manufaturados.

E agora passamos a verificar alguns números dos setores que hoje teremos o prazer e a honra de debater.

Se pudermos passar para o primeiro dado, relativo a carnes, perceberemos, de forma muito clara, a grande vocação, a forte vocação exportadora brasileira nesse setor.

No próximo *slide*, vemos um padrão que se repete para quase todos os setores de que trataremos hoje.

Nossos três sócios do Mercosul figuram como os maiores exportadores para o Brasil de carnes, como vocês podem ver nos dados referentes a importações brasileiras logo abaixo. Por outro lado, e isso podemos ver no *slide* seguinte, nossos sócios do Mercosul não figuram entre os maiores exportadores mundiais desses produtos. De fato, percebemos que o advento do Mercosul aproximou essas cadeias, enfim, fez com que as exportações desses países fossem principalmente direcionadas para o nosso País. Aí eu destaco a importância e a relevância do Brasil como um grande exportador de carnes. Aí temos o valor agregado. Suíno, bovino, enfim, carnes de aves, nós somos o segundo maior exportador mundial.

Em relação à produção de leite, temos um dado que nos demonstra que a produção brasileira, em primeiro lugar, é bastante superior à dos sócios. Isso é demonstrado por esse *slide*.

No *slide* seguinte, temos a verificação de um déficit, a partir de 2009, o que muito nos preocupa e que parece se agravar neste ano, e, mais uma vez, estamos dispostos a debater esse problema.

Nesse *slide*, mais uma vez, a repetição do padrão que eu observei no setor de carnes. Mais uma vez, nossos sócios figuram entre os três maiores exportadores para o Brasil. Vocês podem ver na parte de baixo do *slide*.

No *slide* seguinte, de novo, a repetição desse padrão. Nossos três sócios não se encontram entre os maiores exportadores mundiais. Temos aí um claro efeito Mercosul que se impacta nesse comércio, o comércio desse setor.

Passando, então, para o setor de trigo, temos aí dados que nos demonstram uma produção estável com importações para abastecer o mercado interno. Uma produção estável desde 2007/2008, com importações também estáveis desde esse período.

O *slide* seguinte demonstra um fato concreto, que é a sempre importação muito importante nesse setor de trigo. Mais uma vez, nesse *slide*, a repetição de nosso padrão comércio de trigo, três parceiros do Mercosul como principais exportadores para o Brasil. No *slide* seguinte, verificamos que esses



---

nossos sócios não figuram como os principais exportadores mundiais desses produtos.

Em relação ao arroz, temos a verificação de uma produção de 13 milhões de toneladas e a constatação de que não exportamos muito, tradicionalmente, nesse setor e tampouco importamos muito, se comparada a nossa produção interna, nossa produção doméstica.

Balança comercial, um movimento interessante. Em 2010, tivemos um déficit nesse setor. Em 2011, conseguimos uma reversão dessa situação, até o momento.

Em relação ao comércio, e já pecando pela repetição, mas é realmente para reforçar aos senhores a importância, o impacto do Mercosul para esses setores, nossos três sócios, mais uma vez, figurando como os principais exportadores para o Brasil. No *slide* seguinte, vemos que os mesmos sócios não figuram entre os principais exportadores mundiais.

Finalmente, em relação ao último setor sobre o qual debateremos hoje especificamente, temos importações muito importantes no setor de vinhos, demonstradas por esse *slide*. E no próximo *slide* temos, nesse setor, algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, o Chile aparece como principal exportador para o Brasil. Isso também de acordo com a nossa visão muito relacionada ao acordo internacional que o Mercosul tem com este País. Então, mais uma vez percebemos o efeito do acordo internacional no comércio internacional desse produto, e vamos, em breve, falar um pouco mais com detalhes sobre isso. E temos, novamente, nossa vizinha Argentina como um dos principais exportadores para o Brasil.

Na parte dos principais exportadores mundiais, o Chile aparece, o que também demonstra a enorme competitividade desse produto no país vizinho. Essa é uma pequena diferença em relação àquilo que observamos nos outros quatro setores.

Eu acho que o objetivo deste encontro de hoje, que mais uma vez muito nos honra, é o debate. Julgamos importante somente apresentar, de uma maneira muito rápida, muito concisa, esses dados para que possamos contextualizar o debate e passar a conversar aqui entre todos nós.

Então, apresentamos esse breve panorama do comércio, o Mercosul em geral, com foco nesses cinco setores. Nossa foco de apresentação foi o Mercosul, que, de novo, é nosso principal acordo comercial. Além do Mercosul, temos acordos comerciais com nossos principais vizinhos. Eu mencionei aqui o acordo com o Chile, mas temos vários outros. Poderemos debater cada um deles em específico, se os senhores o desejarem. Tenho que lembrar que, além de países vizinhos, temos acordos comerciais com países como Índia e Israel, temos um acordo comercial recém-firmado com o Egito, que em breve será enviado à apreciação de todos os Srs. Congressistas, temos foros de negociação muito importantes em andamento, temos o foro de



negociação Mercosul e União Europeia, e sei que vários dos setores aqui representados têm muita preocupação com essas negociações, e nós também. E, finalmente, não poderia deixar de lembrar a Organização Mundial do Comércio, muito bem destacada pelo Senador Moka em sua introdução. Na Organização Mundial do Comércio sempre defendemos, tradicionalmente defendemos, a liberalização do comércio agrícola, do comércio mundial agrícola, e lutamos com muita veemência com relação a todas as barreiras impostas às exportações brasileiras não só desse setor, mas poderia sim destacar principalmente esse setor, tendo em vista os contenciosos que inclusive já interpusemos nesse foro, e já vencemos algumas batalhas muito importantes.

Peço desculpas se me alonguei, correndo esse risco. E para que depois possamos debater eu devolvo a palavra ao Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Daniel.

Em seguida, passo a palavra, também por dez minutos, ao Sr. Carlos Domingos Polletto, Presidente da Cooperativa Agropecuária e Industrial – Cotrijui.

**O SR. CARLOS DOMINGOS POLETO** – Inicialmente, saúdo o Senador Waldemir Moka e, da mesma forma, a Senadora Ana Amélia Lemos, a quem parabenizo pela iniciativa do requerimento propondo este encontro de hoje, as demais pessoas da Mesa que representam outras instituições e o público presente.

A iniciativa do requerimento é oportuna na medida em que vemos uma sinalização do próprio Governo, quando fala que ao invés de plano de safra, plano agrícola, para um período de safra, teremos, a partir de agora – essa é a promessa, impossibilitando o planejamento para médio e longo prazo –, no mínimo cinco anos. Essa é a primeira sinalização de que tanto os produtores quanto as indústrias envolvidas no agronegócio, nas *commodities* agrícolas, poderão fazer um planejamento consistente, que possa se efetivar de forma concreta.

Senadora Ana Amélia, eu também queria ressaltar aqui sua participação efetiva e permanente, há muitos anos, no agronegócio. Por isso agradeço também a oportunidade de vir aqui e de manifestar. Em vez de uma apresentação, que a nossa colega do Mdic já fez, apresentando números, vou dispor aquilo que estamos vivenciando na base da produção agrícola, especialmente no caso do trigo. Logicamente, também tenho uma relação muito direta com as produções do arroz e das carnes, nas quais a Cotrijui está envolvida, mas quero me ater aqui mais à questão do trigo e à sua relação como Mercosul.

Nós realizamos, no mês de maio passado, por dois dias, nos dias 16 e 17, o 6º Fórum Nacional do Trigo, sediado justamente na cidade de Ijuí, com a participação de quinhentas pessoas, com painelistas e pessoas que



---

fizeram palestras com muita qualificação e conhecimento. A persistência na participação em tudo que foi debatido lá demonstra que há quem acredite nessa cultura no Brasil. Então, é de extrema importância socioeconômica. Discutiram-se lá, como um foco central do debate, a produção, com as tecnologias e os seus custos, e principalmente os instrumentos e possibilidades de como dar liquidez no momento da sua maior necessidade, principalmente na safra e, posteriormente, na hora de liquidar os custeos dessas atividades.

Por conta desse fórum, da nossa provocação, o Rio Grande do Sul aumentou em 20% a área de plantio de trigo num momento de incertezas, mas, mesmo assim, provocou-se essa mudança de comportamento.

Esse fórum produziu um documento, que foi remetido ao Ministro da Agricultura, ao Ministro do MDA, às autoridades nacionais e também do próprio Estado, as secretarias, para que tomassem conhecimento daquilo que se fez.

Na sequência, quero falar mais especificamente sobre essa relação com o Mercosul, mas não posso deixar de fazer esse comentário com relação a esse fórum, para que os senhores entendam o resultado do debate, de forma muito resumida. Esse documento final que foi encaminhado propõe a utilização de um trabalho que já foi feito com muita qualidade e que foi elaborado pela Câmara Setorial das Culturas de Inverno, que é parte do Ministério da Agricultura, naturalmente para tratar das culturas de inverno, que, diga-se de passagem, é praticamente o trigo, que toma praticamente todo o tempo dos debates quando se fala em culturas de inverno. Ele está mais restrito ao Paraná, a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul e a alguma coisa também do Centro-Oeste, que está começando a trabalhar com isso. Pede-se também uma manifestação do Governo Federal, através dos ministérios pertinentes, para apresentar a sua intenção de buscar a autossuficiência ou, no mínimo, se não quiser aumentar as importações, de dar condições para quem ainda está produzindo de não persistir em produzir sem ganhar nada, simplesmente pela insistência, quase num ato de aventura. Também como terceiro ponto – aí era uma medida mais imediata – era colocar recursos à disposição para garantir a liquidez de safra, que permanece como uma solicitação para 2011, e também a disponibilização de recursos para o seguro agrícola. Aqueles subsídios que o Governo vinha fazendo estavam, naquele momento, cortados. Aí, o ponto principal, que vai impactar diretamente nas nossas relações de competição ou que vai diminuir as diferenças, pelo menos com o Mercosul, que seria o seguinte: desonerar a produção. Se nós estamos sujeitos às leis de mercado e impactados severamente pelo câmbio desfavorável, temos a obrigação de buscar internamente a desoneração da produção. Além disso, também por uma questão interna, temos de uniformizar a tributação, que hoje coloca dificuldades na relação de alguns Estados com outros, tanto na matéria-prima quanto nos produtos manufaturados, inclusive no caso da farinha.



Passa adiante como ponto principal, que quero defender aqui, uma revisão do Mercosul. No nosso entendimento, o Mercosul está bom para o Brasil de uma forma global, mas têm segmentos, principalmente os alimentos, manufaturados ou *in natura*, que estão pagando por isso, porque, quando se trata de Argentina, Uruguai, Paraguai e até do próprio Chile, eles produzem e mandam para o Brasil, nessa compensação da balança comercial, nessa reciprocidade, mas temos de entender exatamente aquilo que impacta na produção agrícola e pecuária diretamente. Então, o Governo brasileiro tem de encontrar formas de equalizar, de dar um tratamento adequado, revisando o Mercosul, estabelecendo formas de um setor não ser penalizado em favor de outro, sob pena de colocar em risco não somente a produção nacional mas as indústrias. Tenho aqui um dado alarmante. Se temos a importação anual em torno de 5,5 milhões até 6 milhões de toneladas de trigo, sendo que grande parte, cerca de 85%, vem da Argentina, que está próxima, a indústria brasileira, principalmente as indústrias instaladas mais no sul do Brasil, está sofrendo um impacto direto. No ano de 2010, o Brasil importou 600 mil toneladas de farinha pronta. Então, não é somente a produção primária: as indústrias estão sendo penalizadas severamente. E as medidas anunciadas esta semana não vão resolver essa questão, infelizmente. Somente desonrar alguma coisa quanto à Previdência não é uma medida que possa contornar essa situação.

Então, temos de discutir e buscar uma revisão sobre a forma de dar liquidez, ressalvando algumas atitudes de que os vizinhos próximos estão mais competitivos por conta também do custo de produção que impacta diretamente nos resultados. Apareceu aqui, na apresentação do Dr. Daniel, o Brasil em crescimento na exportação de trigo. Vejam bem: quando somos grandes importadores, por outro lado, exportamos, porque tem uma região do País, que tem a maior parte da produção, principalmente o Rio Grande do Sul, que tem de exportar para o Egito e para países da Europa – provavelmente, lá, ele seja usado para ração animal, mesmo nós termos um produto de alta qualidade -, para poder dar liquidez. Não somos capazes sequer de fazer um trabalho dentro do País. Há dificuldade de se enviar para o Sudeste e para o Nordeste. Isso só é possível com a participação de subsídios de frete por conta do próprio Governo, recursos que poderiam ser canalizados para desonrar a produção.

Eu já comentei aqui sobre a nossa produção, que é em torno de 5 milhões, 5,5 milhões. Apareceu também ali, nos dados do nosso colega, há quantos anos estamos estagnados nessa produção. Não podemos dizer que é somente o Mercosul que tem culpa nisso. Certamente, há distorções e, internamente, temos os custos em reais e, depois, com a exportação ou a utilização dela para dar liquidez a quem produz em dólar, nesses patamares que temos, a conta fica muito difícil de fechar.



Somos competitivos em termos de tecnologia. Temos dificuldade de custos, temos dificuldades do câmbio. E é muito difícil que se busquem alternativas de melhoria de liquidez e até de resultado por conta de uma melhoria cambial, mas certamente a valorização do real está, neste momento, impactando severamente as contas do produtor e das indústrias envolvidas com isso, assim como as cooperativas.

Enfim, para concluir aqui, quero dizer que a produção de trigo no Brasil não se resolve somente pela capacitação em competitividade do setor produtivo. Ela deve ser incluída num contexto macroeconômico. Esta audiência de hoje dá abertura para esse debate. Oxalá consigamos, a curto prazo, ter alguma solução a partir desse encontro hoje. Sei que há muita gente interessada e de boa-vontade para trabalhar nisso. Mas enfim, a partir desse evento, de uma discussão mais macroeconômica – e da responsabilidade do próprio Governo sobre isso – de se avaliar a conveniência de se proteger a produção ou não, porque temos de dizer alguma coisa para quem está produzindo. Ele espera que os seus dirigentes, seus líderes deem um rumo, deem um caminho.

Eu diria que, dificilmente, poderemos nos manter só com a capacidade de ser suficiente ou ser eternamente importadores de produtos, os quais temos a vocação para produzi-los, industrializá-los e colocá-los na mesa do povo brasileiro, inclusive exportar de foram bem competitiva. Mas a receita, eu diria, certamente é única: desoneras a produção é o meio mais eficiente para competir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Sr. Carlos Domingos Poletto, que representa a Cotrijui.

Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente Ca Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Quero esclarecer que o relógio está programado para o tempo de 10 minutos. Porém, um minuto antes de acabar o tempo, ele toca. No entanto, eu pedi para programá-lo para mais dois minutos além dos 10, mas, até agora, ainda não tocou pela segunda vez o nosso relógio. Daí por que agradeço a precisão dos palestrantes na questão do tempo. Fazemos a economia de tempo para dar espaço para que possamos, realmente, estabelecer o debate, já que sabemos que são dos debates que virão os questionamentos, os encaminhamentos e as possíveis soluções.

Como a palavra o Dr. Rodrigo.

**O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM** – Obrigado, Senador Moka. Bom-dia a todos.

Queria parabenizar a condução dos trabalhos, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, e também pela iniciativa de haver feito esse



requerimento, por parte da nossa Senadora Ana Amélia, Senadora em seu primeiro mandato, que, com essa proatividade, certamente consertaremos muitas coisas que precisamos consertar nosso agronegócio brasileiro.

Senador Moka, essa questão do horário que o senhor colocou agora, antes não a havia colocado, talvez seja por que falar do leite em 10 minutos é algo difícil, mas vamos tentar.

Bom, vou entrar direto no assunto.

A questão do leite sempre foi muito complicada. Quero recordar um pouco o passado da história do leite e seus derivados no País, sobretudo na década de 1990, quando tivemos uma época de importações fortes, extremamente predatórias, carregadas de subsídios na sua origem, porque grande parte das importações, à época, vinha da União Europeia. O Brasil, àquela época, produzia 16,5 bilhões de litros de leite por ano, e a demanda interna era praticamente de 20 bilhões. Isso fez com que País, em 1996, importasse 3,2 bilhões de litros de leite para complementar a sua produção e abastecer o País.

Em 1999, a CNA, peticionária de uma solicitação de investigação de *dumping* ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que se arrastou por dois anos, que gerou mais de 25 mil páginas de documentos e que, ao final, foi comprovado que as exportações da União Europeia, da Nova Zelândia, do Uruguai, da Argentina, quando vinham para o Brasil, vinham com a prática de *dumping*. Isso nos deu o direito de aplicar *antidumping*, que está vigente até hoje, com relação à União Europeia e à Nova Zelândia; com a Argentina e com o Uruguai fizemos, à época, um acordo de preços mínimos, que durou três anos e foi prorrogado por mais três anos – estou falando de 2001. Hoje não temos mais esses acordos de *dumping* com a Argentina nem com o Uruguai, mas ele permanece com a União Europeia, com 14,8 %. Ou seja, para o importador importar leite da União Europeia ele tem de pagar 28% de imposto de importação mais 14,8% de direito *antidumping*, o que inviabiliza as importações, felizmente da União Europeia, que são sempre a preços absolutamente irreais e fora de mercado.

Com relação à Nova Zelândia, paga-se, caso queira importar leite da Nova Zelândia, 28% de imposto de importação mais 3,9% de tarifa de *dumping*.

Com a Argentina e com o Uruguai, não nunca tivemos tido grandes problemas, até que, a partir de 2009, vocês veem aí nesse quadro – tem um apontador aí? Poderia me emprestar, por favor? Obrigado –, então, que a partir de 2009, especificamente em janeiro, dezembro de 2008 já bateu uma luzinha vermelha pra a gente; em janeiro de 2009, o Brasil importa 10 mil toneladas de leite em pó, sobretudo da Argentina e, sobretudo, para um comprador brasileiro. Isso, enfim, nos deu um sinal de alerta. Procuramos o Governo brasileiro naquela época, que, para a nossa grata surpresa, foi



extremamente proativo, não só o Ministério da Agricultura como também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Foram feitas algumas ações naquele momento, sobretudo colocar as importações de lácteos no Brasil, naquele momento, na condição de importações não automáticas, quando o importador, então, tem de solicitar uma Licença de Importação (LI) para internacionalizar o seu produto.

Vejam que o que está em azul é a Argentina, o que está em verde é o Uruguai. Vejam que com essas medidas... E essa medida de colocar o leite argentino entre os outros, na condição de importação não automática, nós deu o poder de barganha para irmos a Buenos Aires, fazer um acordo entre privados – argentinos e brasileiros –, definindo uma quota de exportação de três mil toneladas de leite em pó por mês a um preço mínimo equivalente ao preço praticado pela Nova Zelândia no mercado internacional. E por que Nova Zelândia? Porque Nova Zelândia que define o preço do mercado internacional, porque tem quase 40% deste mercado. Então, fizemos o acordo com os argentinos, mas não fizemos com os uruguaios. Vejam que nós conseguimos controlar sobremaneira as importações argentinas. Alguns momentos ultrapassam... Esta linha horizontal aqui era a média dos últimos cinco anos anteriores a 2009 das exportações argentinas para o Brasil. Algo como 1.730 toneladas – aqui está errado –, que era a média das exportações argentinas para o Brasil nos cinco anos anteriores. Nós demos três mil; nós não cerceamos o mercado. Nós demos quase o dobro da média das exportações argentinas. Com o Uruguai nós não fizemos isso e o Uruguai se aproveitou daquilo que nós fizemos de controle às exportações argentinas e começou a exportar muito. No primeiro momento, o Governo brasileiro deu uma quota de 10 mil toneladas para o segundo semestre de 2009 para os uruguaios e, a partir de 2010 ficou livre.

Vejam que os uruguaios agora – e esse momento aqui no final do gráfico tem-nos preocupado muito –, porque, de novo, estamos aí praticamente com um surto de importações, oriundas do Mercosul e que causa problema ao setor brasileiro. Nós não podemos negligenciar nesse aspecto, porque o que nós estaríamos fazendo era garantir emprego e renda do produtor argentino e uruguai contra os interesses dos produtores brasileiros. É o que está sendo feito no momento. Nesse momento os argentinos estão em greve, no setor leiteiro, pedindo 44 centavos de dólar o litro de leite. É o que eles querem receber lá. Então, nos preocupa muito essa situação, porque a produção argentina, no primeiro semestre, cresce 20% em relação ao primeiro semestre do ano passado, e a produção uruguai cresce 17% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Uma outra situação também que nos levou a fazer esses acordos, e que o Governo brasileiro no apoiou naquela época, é porque, neste momento aqui, o Uruguai e a Argentina estavam com problema de seca muito forte. E o governo chegou a subsidiar em 20 centavos de peso o litro de leite aos



produtores argentinos. Portanto, de novo, o Brasil, nesse momento aqui importava subsídio dos nossos países *hermanos* do Cone Sul.

Também importante salientar a questão do dólar. A relação cambial dos argentinos é de mais de quatro para um e a nossa é de 1.5 para um. Com relação ao dólar, nós falaremos um pouco mais à frente.

*(Próximo, por favor.)*

Essas foram as ações de combate ao surto de importação, em 2009, a suspensão das licenças automáticas de importação de leite em pó, assinatura de um acordo de quotas e preços com a Argentina, em maio de 2009 – e foi prorrogado em abril do ano passado; nós estamos com esse acordo prorrogado pela boa-vontade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de uma forma unilateral, porque não prorrogamos o acordo ainda, estamos com uma reunião marcada na próxima semana, dia 9, em Porto Alegre, com os argentinos. A Camex estabelece uma quota de 10 mil toneladas de leite em pó para o Uruguai, para todo o segundo semestre de 2009. Enfim, essas foram as ações que regularam esse mercado naquele surto de 2009. É importante dizer que 2009 foi o ano da crise, originada lá nos Estados Unidos, em 2008. Em 2009, as exportações para o mundo caíram demais, porque quem importa leite, no mundo, são os países em desenvolvimento, não são os países ricos, que mais cresciam no período pré-crise e que deixaram de crescer pós-crise. Estão começando a se consertar agora. Naquele momento, então, a Argentina e o Uruguai não tinham para quem exportar. Exportava para o Brasil, por quê? Porque o Brasil não se ressentiu tanto da crise. Como disse o nosso Ex-Presidente Lula: “Foi uma marola”. Mas, de qualquer forma, garantiram o seu comércio e as suas exportações com um mercado de 200 milhões de brasileiros.

No ano passado, o acordo com a Argentina é renovado por mais um ano. Nenhuma ação é tomada em relação ao Uruguai.

Dia 09 de agosto haverá a segunda reunião no Fórum Lácteo Brasil/Argentino para a renovação do acordo.

*(Próximo, por favor.)*

Essa é a nossa balança comercial.

Éramos, aí, mais de US\$500 milhões deficitários na balança comercial na década de 1990. E, a partir de 2001, foram adotadas as medidas contra o *dumping* a que me referi. A partir daí, as nossas exportações, que estão em azul, sobem, nossas importações caem. A produção brasileira passa de 16.5 bilhões de litros de leite para mais de 20 bilhões de litros de leite, logo de imediato.

A partir de 2004, três anos depois das medidas de *dumping* adotadas, nós passamos a ser superavitários na balança comercial.

Em 2008, tivemos um superávit de US\$328,4 milhões; fomos o quinto maior exportador de leite do mundo e exportamos só 1.5 da nossa



produção, não desculpe-me, em torno de 4% da nossa produção, que significava, à época, 1.5 bilhão de litros de leite.

A partir de 2009, com a crise toda, e final de 2008, segundo semestre de 2008, nós voltamos à situação de deficitários. Três anos consecutivos, sendo que neste ano, no primeiro semestre. Se se perdurar nessa projeção aqui por todo o ano, nós passaremos para mais de US\$400 milhões de déficit na balança. Estamos retroagindo a um patamar lá do final da década de 1990, quando o País era a grande importador de leite. Se isso não é um problema para um setor que emprega quatro milhões de pessoas, e que está presente nos 5.665 Municípios deste País, ou algo parecido, se isso não é um problema...

*(Próximo, por favor.)*

Aqui está o volume de queijo, porque, quando a gente faz acordo, o fazemos em leite em pó. E olha o queijo como é que está? Se vocês somarem as importações de janeiro deste ano, de cinco mil toneladas de queijo, e esse queijo aqui é queijo muçarela, é *commodity*, não é queijo fino não, se se somar essas cinco mil toneladas às cinco mil toneladas de leite em pó, dez mil toneladas desses dois produtos é o equivalente a quatro milhões de litros de leite por dia. É o equivalente à capitação de uma indústria grande como a Itambé, quase uma Nestlé neste País. Esse o estrago que está fazendo a importação do Mercosul.

*(Próximo, por favor.)*

Aqui é o volume de soro.

Aqui é o que eu queria falar sobre o dólar. Esse índice Big Mac faz uma paridade do poder de compra entre diversos países. A nossa moeda, no ano passado estava a 51,35% sobrevalorizada. Não há quem consiga fazer comércio dessa forma. Por isso a Argentina tem competitividade para exportar, e nós não a temos. Nós não exportamos, e pior, ficamos altamente competitivos para comprar, porque o dólar está barato. O dólar de 1,58 deveria estar a 2,30. Vá o dólar a 2,30 para ver se as importações continuam da forma que está e se nós não passamos a exportar muito mais! Mexe em toda nossa balança comercial se a moeda for para um valor real literalmente.

*(Próximo, por favor.)*

Olha só: se nós aplicarmos... Estes aqui são os preços em real dos diferentes países: Uruguai, R\$0,57; Argentina, R\$0,65; Brasil, R\$0,86, preço médio no Brasil hoje ao produtor; Estados Unidos, R\$0,63. Se aplicarmos o índice Big Mac ao nosso dólar, o Brasil deixa de ter o preço mais caro da matéria-prima leite *in natura* e passa a ter o mais barato. Então, o problema nosso é cambial; não é só custo de produção, não; é muito mais cambial.

*(Próximo, por favor.)*

Já estou concluindo.

Esse é o preço médio do Brasil, hoje.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA  
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 16

(Próximo, por favor.)

Aqui, está o custo de produção. De junho do ano do ano passado a junho deste ano, o nosso custo de produção é 19,34% maior.

(Próximo, por favor.)

Considerações finais. A operacionalização do acordo de cotas com a Argentina por parte do Mdic e seu apoio nas reuniões de negociação têm sido essenciais para evitar novos surtos do leite em pó argentino. Precisamos, de novo, do apoio do nosso Mdic, na semana que vem, no dia 9, em Porto Alegre, na segunda reunião que vamos tentar fazer com os argentinos para prorrogar o nosso acordo. A inclusão do queijo e do soro no acordo é de interesse para o setor, por motivos que já expliquei. A celebração de um acordo com o Uruguai evitará surtos de importação e conflitos com a Argentina. Os argentinos estão dizendo que não querem reformar acordo conosco, porque eles estão perdendo o comércio e o Uruguai está ganhando.

Os impactos das importações para o setor lácteo nacional poderão resultar em uma forte redução dos preços ao produtor que, associada à alta de custos da produção, ocasionarão desestímulo à produção.

Eu insisto: convertendo a quantidade de produtos lácteos importados em litros de leite – pega queijo e transforma em litro de leite, pega soro e transforma em litro de leite, pega leite em pó e transforma em litro de leite -, temos um volume diário que chega próximo a 3,5 milhões de litros por dia, semelhante à captação das maiores empresas de laticínios do País.

É isso.

Obrigado, Sr. Senador. Obrigado pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Alvim.

Quero passar a palavra, rapidamente, ao Sr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - Abiec.

**O SR. ANTONIO JORGE CARMARDELLI** – Bom-dia a todos.

Senador Moka, muito obrigado. Cumprimentando o Senador Moka, cumprimento todos os outros Senadores. E eu gostaria de pedir licença para fazer duas deferências. Primeiro, à Senadora Ana Amélia, conterrânea. Neste curto espaço de tempo, sinto-me muito gratificado em ter votado na senhora lá, no meu Estado. Faço de público aqui essa citação. E ao meu grande amigo Toninho Russo, com quem muito aprendi no setor de carnes. Sinto-me muito gratificado e me coloco ao lado dele para o que for necessário.

Senador, os números deste mês foram tão ruins que prefiro não passá-los na tela. No setor de carnes, a exportação tem alguns dados pitorescos e algumas condições especiais. As três âncoras do setor hoje estão completamente adversas. Se falarmos em oferta, que é a âncora número um, eu abatia 2 milhões e 500 mil animais por mês, hoje, estou abatendo 1 milhão e 750



ou 1 milhão e 800. Outra âncora das exportações é mercado. Nós estávamos nos recuperando do enfarto, revascularizando o setor a partir da crise internacional de 2008, e veio a crise árabe, que carrega consigo conotações laterais importantes. Podemos citar que países com quem ainda não temos acordo sanitário são abastecidos por outros países que são importadores em potencial. Vou dar um exemplo: é o caso da Jordânia, que compra muito e passa para a Síria, onde estamos engatinhando em termos de comércio. E o câmbio, que é outra âncora, dispensa comentários. As medidas até então têm sido para não deixar o dólar cair mais de um patamar. A metástase vem já há muito tempo. Então, os pilares da Abiec... A filosofia que foi passada pelo conselho foi uma só: precisamos olhar para dentro e buscar competitividade naquilo que não olhamos muito no tempo de grandes volumes, dólar forte e mercado de consumo. A realidade hoje é bastante diferente, Senador Moka, porque o Brasil passou... À medida que o *status* sanitário do País melhora, ele passa a ganhar um preço mais alto, ele apura um preço mais alto pelos cortes exportados. Mas ele, ao mesmo tempo, deixa de abandonar mercados de volume que são importantíssimos para composição, quando do desosso animal. Então, Uruguai, a partir do momento em que começa a exportar para México, Estados Unidos, Japão – mercados altamente diferenciados –, tem de abandonar Argélia e Egito, onde o Brasil passa a entrar com volume. E nós estamos aguardando um pouco dessa nobreza e o relato que a gente pode fazer para vocês é de que hoje o Brasil não exporta para 46% dos maiores importadores que praticam o maior preço.

O Brasil não manda carne *in natura* hoje para Japão, Coreia, Taiwan, Indonésia, Canadá, México, Estados Unidos... E, mais do que isso: como os grandes... Alguns países da América Central não têm nenhum tipo de padrão de serviço sanitário, se espelham em um padrão maior e fazem suas exigências a partir daquela determinação. Ou seja: a Jamaica não tem um serviço sanitário estabelecido, mas ela usa o padrão americano. Como eu não exporto para os Estados Unidos, eu não出口 para a Jamaica. Jamaica paga US\$5,00 pelo rabo bovino; o Uruguai, que está habilitado, exporta.

Outro exemplo extremamente surpreendente: com o problema da “vaca louca” nos Estados Unidos e algumas confusões na China, que comprava alguns produtos nossos e depois exportava para o Japão, a Austrália é um dos únicos exportadores de carne para o Japão hoje. Então, o parâmetro tem de ser feito da seguinte maneira: hoje a Austrália manda um contêiner de língua bovina crua congelada. Um contêiner vale US\$500 mil, ou seja, US\$20,00 a tonelada (o quilo da língua). E nós estamos hoje apurando o valor máximo nos mercados, onde a gente consegue atender, de US\$5,00/US\$6,00 de língua cozida exportada para a Europa. Então, é uma diferença muito grande e mais do que isso: nós não temos alternativas hoje para cortes nobres.



A Europa blinda o Brasil. A Europa trabalhou muito bem, porque ela conseguiu cercear ao colocar um crivo especial nas propriedades habilitadas. Ela trabalhou com muita eficiência e hoje ela controla o que fazíamos no passado que era a exportação de volumes consideráveis. Nós chegamos a exportar para a Europa US\$1,4 bilhão e hoje não chegamos a US\$400 milhões. Tudo isso a reboque de toda legislação internacional. Não existe dentro do SPS, não existe dentro das regras de equivalência, conotação nenhuma para a Europa fazer o que faz a nós.

E aí eu queria entrar mais em uma linha de sugestões. Em primeiro lugar, exatamente para parabenizar Mdic, Ministério da Agricultura e MRE porque hoje, Senador, o senhor entra em um ambiente de quaisquer desses três ministérios e todo o mundo sabe o que é aftosa, o que é acordo sanitário. No passado, a gente não tinha essa condição de todo o mundo entender nosso negócio. Exatamente, era o contrário. Como sempre deu muito certo, ou tira de lá ou não mexe lá que está dando e sacrifica outros setores. Então, essa é a primeira grande ideia: o ambiente e o meio de cultura.

Uma frase extremamente importante que a gente tem adotado por aí em nosso setor e que eu gostaria de exemplificar é a seguinte: nós temos uma única solução: nós temos de adequar nosso ambiente de negócios. Quando você faz uma adequação em seu ambiente de negócios, você tem de se adequar à legislação. E nós estamos fazendo exatamente o contrário: nós estamos utilizando legislações antigas em ambientes novos. E o exemplo disso são os TACs que estão por aí. O TAC do Pará... Fazer uma legislação nova em ambiente antigo não vai funcionar nunca, apesar de isso ter sido uma surpresa. Vou dar um exemplo: o problema do Pará foi um só. O Governo, quando fechou Serra Pelada, colocou 180 mil pessoas sem ter o que fazer. A parte mais cômoda se irá botar um machado atrás do ombro e entrar para o mato. Por isso, metade do Pará hoje tem sido um grande exemplo para o futuro pelas medidas corretivas e o trabalho que se está fazendo: município verde...

Então, falando um pouco sobre acordo sanitário e entrando na linha de sugestão... Tudo o que aconteceu no passado... Na verdade, quem exportou, no ano de 2002, US\$800 milhões e, em 2005, exportou US\$5 bilhões, nós estamos pagando um preço a esse crescimento exacerbado.

Nós – de longe – conseguimos organizar a indústria da maneira como tinha de se organizar. Ou seja, hoje temos exemplo disso: a indústria que funciona nos moldes das construções de automóveis, com abastecimento direto, ao seu lado, ou seja: mato, frigorífico, tem a fábrica de sabão, tem o curtume, tem a fábrica de lata, tem a transportadora, tem o *pet food* e nós hoje, ainda, pagamos o preço de debulhar carne lá do Acre, de Rondônia para vender nos grandes centros. Então, isso é uma coisa que estamos pagando o preço por esse crescimento.



Então, os acordos do passado foram, de certa forma, feitos... Não é uma crítica... Dentro da necessidade... O próprio acordo com a Rússia foi aceito, não é? E hoje a Rússia, na área de bovinos, é o maior comprador. E um país que compra, paga e compra sempre, ele tem preferência. Nós – o Governo e o privado – temos de ter a sabedoria de equalizar toda essa zona cinzenta.

Mas a Rússia, como ela não está na OMC, as normas técnicas do setor são muito... São eficientes para o padrão deles, mas não são eficientes para nosso padrão: nós estamos muito adiantados. Então, um exemplo: eles exigem sangria de seis minutos. Nós utilizamos, como todo mercado internacional, três minutos de sangria, mas a eficiência é a mesma que a de seis minutos em um parque internacional tecnicamente deriva.

Então, a Tunísia... Se nós fizemos acordos com a exigência de prova de dioxina e radiação... Então, o que a gente tem de cuidar é o para frente e tentar, dentro desses princípios... E até porque, Senador, o senhor citou muito bem que nós – na época –, da área técnica, tínhamos uma esperança muito grande no acordo da rodada GAT, do Uruguai. Ou seja, ficou estabelecido que, se não tem bichinho, entra; se tem bichinho, não entra. O resultado disso tudo foi que nós, da área técnica, ficamos à deriva como massa de manobra de barreiras comerciais. E estão aí hoje países que são signatários da OMC, que têm de seguir regras da OIE e, no entanto, por legislação interna, nos impede de vender. Então, temos Japão, Coreia, Taiwan, Indonésia que, simplesmente, têm uma legislação que não permite adquirir produto de países que tenham aftosa com status de vacinação. E a prova da necessidade de a gente passar a discutir tecnicamente é o que aconteceu em nosso grande Estado, lá em 2005. Quando teve o advento do foco de aftosa lá, em 2005, a OIE determinou que fossem fechados Paraná e São Paulo. Quando deu aftosa no Uruguai, eles fecharam Rio Grande do Sul. O vírus tem tipicidade: ele fala espanhol? Não. A prova é que exatamente estamos precisando de representatividades nos diferentes fóruns internacionais.

Então, uma coisa que deu certo e que prova que existe espaço para isso, Senador, a grande luta do senhor e de vários Senadores e Deputados, é o de termos hoje adidas agrícolas nas principais representações. Vocês não conseguem mensurar a diferença que faz uma pessoa que possa abastecer de informações e possa dar ao embaixador a possibilidade de que ele tome sua decisão. Isso tem de continuar. Daí, a função da Apex, Godinho, é extremamente... É uma atividade maravilhosa e acho que a sugestão seria esta: aproveitar esse ato e deixar que a Apex junto com os adidas trabalhem como facilitadores do processo. E, com isso, eu gostaria de evidenciar uma das dificuldades que a gente tem sentido e que é o posicionamento, Senadora Ana Amélia, hoje do Senado. Ele é muito mais para atividade política, quando se vê, nos outros países todos, o Ministério de Relações Exteriores dividido em área



comercial e área política. Se isso acontecer progressivamente, nós teremos um ganho extremamente benéfico.

Os acordos internacionais, de certa forma... Quando mais tempo demorar a decisão do acordo União Europeia-Mercosul vai ser pior para nós, porque, como o preço do boi hoje está harmonizado no mundo todo, nós ficamos muito distantes do centro de compra. Então, hoje a Europa volta a oferecer carne para a Argélia, para o Egito; a Europa volta a vender para a Rússia, e, com isso, além de estarmos distantes hoje, nós temos contra nós a logística.

Os armadores dizem por aí que o preço do contêiner dentro da água é igual em todo o mundo. O que diferencia é você botar o contêiner do lado do navio. Para isso, a Abiec tem um plano ambicioso com a USP, que deve ser anunciado em 60 ou 90 dias, de encurtamento desse processo de custo.

Finalizando, depois da gongada, a sugestão também de estimular cursos de negociadores nos Ministérios que anteriormente pareciam não ter afinidade. Acho que a agricultura deve estimular um curso de negociador, porque hoje nós temos que passar para a área técnica a sensibilidade comercial. Não é fechando às seis horas da tarde que nós vamos... Um navio hoje, um custo de um navio parado sai US\$60 mil, US\$80 mil, US\$90 mil.

Então, nós temos que passar para um viés comercial para a autoridade sanitária, e não é uma crítica. É só, como eu disse anteriormente, uma questão de construir.

Em relação à harmonização das políticas, em relação a Mercosul, nós temos um vislumbre bastante interessante, que interessa para nós, bovino.

Caso saia o acordo União Europeia-Mercosul, uma das condições indispensáveis para a evolução desse acordo seria a harmonização sanitária entre os países do Mercosul. Leia-se que, dessa forma, o boi deixaria de ser brasileiro. Seria Mercosul. E aí cada país, com o seu potencial, poderia se beneficiar das benesses do dólar. Em leitura clara, hoje eu poderia mandar matéria-prima para a Argentina, transformar em um produto de valor agregado e me beneficiar daquele sistema.

A sugestão é que, como isso é extremamente proveitoso para nós, Senador Moka, que a gente não espere acontecer ou não o acordo União Europeia-Mercosul e que a gente possa trabalhar no sentido de estabelecer essa harmonização sanitária, que é benéfica para nós e daria um quadro do único núcleo capaz de suprir de alimentos o mundo em relação a bovino de fortalecimento do setor. Aí você consegue englobar couro, *pet food* e outros exemplos de derivados.

O que estamos fazendo é exatamente isto: nós estamos olhando para dentro da indústria e tentando ganhar. E para isso a gente tem que contar com a colaboração de quem nos controla. Autogestão é a palavra do momento. O Ministério da Agricultura não vai conseguir nem o Governo, com uma visão da



necessidade e o anúncio de mais dois terminais no porto de Santos, contratar mais 400 ou 500 veterinários.

Eu me coloco à disposição, Senador. Nós terminamos uma leitura da cadeia logística do porto de Santos desde que o caminhão sai lá de Nova Andradina, onde eu tive o privilégio de morar dois anos. O senhor vai ficar assustado com a intervenção dos diferentes órgãos e, mais do que isso, com a não necessidade de intervenção. Então: logística, olhar para dentro, autogestão e adequação do ambiente de negócio.

Eu agradeço, e a Abiec está à disposição para qualquer esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado a todos.

Agradecendo a participação ao Sr. Antonio Jorge Camardelli, passo a palavra também ao último palestrante, Sr. Carlos Raimundo Paviani, diretor executivo do Instituto Brasileiro do Vinho, Ibravin.

**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Waldemir Moka, que preside esta Comissão, esta audiência pública.

Eu queria agradecer o convite especialmente à Senadora Ana Amélia Lemos, que fez a indicação desta audiência, a qual nós consideramos muito importante.

Bom dia também aos demais Senadores presentes. Quero também fazer o registro da presença do Sr. Arnaldo Passarin, que é presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Viticultura, Vinhos e Derivados, órgão consultivo junto ao Ministério da Agricultura, que reúne as diferentes instituições representativas do setor de vitivinícola do Brasil.

Falar dos números... Podemos até entrar em alguns detalhes depois, mas a apresentação do Dr. Daniel Godinho deixou claro que somos basicamente importadores de vinhos. Então, essa é uma posição sobre a qual precisamos fazer algumas reflexões.

No cenário mundial, é preciso dizer, o vinho é um dos produtos mais globalizados que temos, e há uma troca muito grande. Há pouco mais de uma década, apenas 16% dos vinhos produzidos nos países eram exportados. Já no ano passado, 35% do vinho produzido no mundo são exportados. Ou seja, o vinho tem identidade, tem origem, diferentemente de outros produtos, como os *commodities*, que não têm origem específica e podem ser produzidos em diversos lugares. O vinho, não. Ele tem identidade e tem países: geralmente é vinho francês, vinho italiano, vinho chileno, vinho argentino, vinhos do Brasil. Então, essa é uma das reflexões que fazemos.

Nesse cenário mundial, o que está acontecendo? Está havendo uma mudança muito grande, onde a União Europeia, principal produtor e principal consumidor e exportador, hoje perde espaço para o chamado novo



mundo do vinho, onde se encontram a Austrália, o Chile, a Argentina, a África do Sul, Estados Unidos, principalmente a região da Califórnia, que estão em uma posição de crescimento em relação ao mercado mundial.

Em termos de consumo mundial, há mais de uma década que há estoques altos de vinhos no mundo todo. Ou seja, a produção é de cerca de 26 ou 27 bilhões de litros no mundo, mas o consumo está relativamente estagnado. Houve alguns anos de decrescimento e, nos últimos dois anos, voltou a crescer sensivelmente, mas ainda muito pouco, em torno de 23 ou 24 bilhões. Então, são três ou quatro bilhões de litros excedentes de vinho por ano no mercado mundial.

Isso implica, portanto, uma nova necessidade para o Brasil. Até a década de 90, praticamente não importávamos vinhos, e tudo o que o Brasil produzia – o que dava uma situação de conformidade à indústria brasileira – se concentrava principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. E o que se produzia, com as devidas crises que houve ao longo da década de 70 e 80, em função de descompasso interno, era comercializado.

A partir da década de 90, no entanto, surge um novo patamar e o primeiro momento, a primeira mudança nesse cenário é o acordo do Mercosul, que estabelece, sem dúvida nenhuma, uma condição de assimetria do Brasil em relação ao principal produtor do Mercosul, que é a Argentina. E aí vamos falar: produzimos em torno de 300 milhões de litros por ano, cerca de 50 milhões de vinhos finos e 250 milhões de vinhos de mesa, com uvas híbridas americanas. Enquanto a Argentina produz 1,5 bilhão de litros de vinho por ano. Então, comparando-se já se vê que são produzidos na Argentina cinco vezes mais. Se considerarmos apenas os vinhos finos, produzimos 50 milhões e a Argentina 1,2 bilhão. Isso já significa uma condição desigual muito grande.

A escala de produção da Argentina é muito grande, assim como é a do Chile, que, em poucos anos, praticamente dobrou, tendo crescido 70% ou 80%. Isso porque o Chile focou o vinho como um dos seus produtos de exportação. E aí, sem dúvida, é o mercado mais frequente.

Na União Europeia, por exemplo, tínhamos o consumo de 70 litros *per capita*, na França; 60 litros *per capita*, na Itália. Nas últimas duas décadas, no entanto, esse consumo vem caindo para quase metade. E há uma mudança muito grande, ou seja, pois se consome menos vinho, mas se consome vinho de melhor qualidade. Então, os vinhos ordinários deixam de ser consumidos e acabam sobrando. Assim, a tentativa de busca de colocação desses produtos é a exportação. E o Brasil, um país onde a estabilidade econômica, a ascensão social da população e o fortalecimento do poder de compra com uma moeda forte, é ponto de atração para esses produtores mundiais de vinho, principalmente da União Europeia, que está vivendo uma situação mais difícil.

A União Europeia, em 2008, fecha um acordo interno, uma reformulação do seu mercado vitivinícola mundial em que proíbe o plantio de



vinhedos. O produtor que quiser entrar no negócio ou ampliar tem que comprar o direito de outro produtor. Portanto, não pode haver crescimento. Ela estabelece subsídios que, neste ano, são da ordem de um bilhão e 200 milhões. Se tomarmos o negócio do vinho do Brasil, da produção nacional, ela talvez chegue a um faturamento R\$2 bilhões. Ou seja, comparativamente ao subsídio da União Europeia de US\$1,2 bilhão, o nosso faturamento é menor do que o subsídio que a União Europeia concede à indústria vitivinícola. Esse subsídio que a União Europeia concede vai para três linhas.

A primeira delas vai para controle de estoques, ou seja, para destilação. Eles produzem dois tipos de destilados: o destilado de álcool de boca, para uso em outras bebidas, para enriquecimento do próprio vinho, brandy, conhaques e outros, ou para álcool combustível.

A outra medida que a União Europeia utiliza, nesse momento, está estimulando é o arranque de 170 mil hectares de vinhedos. Temos no Brasil 82 a 85 mil hectares, ou seja, o que a União Europeia está arrancando, está estimulando nesse momento é o dobro do que nós possuímos no Brasil. Então, a condição é bastante diferenciada.

E a terceira linha de atuação da União Europeia é a de promoção do vinho europeu nos mercados externos. E aí ela foca, sem dúvida nenhuma, os Estados Unidos como o que vai se tornar, ou dois ou três anos, o principal mercado consumidor mundial, e aí, sem dúvida nenhuma, os chamados países do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, que têm uma perspectiva de aumento de consumo, como já falei antes, pelas condições internas de mercado.

O que nos preocupa nesse momento? Primeiro, foi o acordo do Mercosul que estabelece uma posição diferenciada. Isso, de um lado, foi positivo, porque também estimulou uma melhoria da qualidade. Eu diria que, nos últimos anos, as indústrias brasileiras também investiram em não tanto no aumento, mas na qualificação da sua produção. Hoje, exporta-se alguma coisa em torno de cinco milhões de litros. Isso é pouco, porém, as dificuldades da exportação já foram aqui relatadas em função da taxa cambial principalmente e em função de acordos internacionais, barreiras técnicas e outras, às quais há uma proteção muito forte, principalmente na União Europeia para esses produtos.

Por que a União Europeia investe US\$1,2 em subsídios? Porque a vitivinicultura é uma atividade que gera emprego, gera renda e, mais do que isso, distribui renda para pequenas propriedades. Se nós formos à Itália, à Espanha e à França, principalmente, vamos ver milhares de pequenas propriedades com dois ou três hectares, que é uma situação nossa também e particular da serra gaúcha nesse sentido.

Esse é o principal motivo, digamos, que ela investe nisso: mantém as pessoas na atividade rural e gera emprego e renda, o que em outras atividades não geraria. Se compararmos, por exemplo, a bovinocultura com a



vitivinicultura, temos a geração de um emprego por hectare, mais ou menos, na vitivinicultura na cadeia produtiva como um todo; enquanto que na bovinocultura, sem dúvida, é um emprego gerado para cada 100 ou 150 hectares.

Não comparando, isso é apenas para mostrar porque a atividade vitivinícola é importante e é considerada importante nesses países

A preocupação nossa é que, em 1998, foi fechado acordo, a ACE 35, Mercosul e Chile, e aí, em 2005, começa a haver desgravação. É notório ver que, conforme desgravam os impostos do Chile, aumenta sensivelmente a importação do Chile. E hoje o Chile é o principal provedor de vinhos importados no Brasil, com preços competitivos, muito competitivos, com os quais não temos condições.

Em relação à Argentina, por exemplo, cerca de 40% das importações da Argentina se dão abaixo de US\$18 a caixa de 12 garrafas, ou seja, US\$1,5 (um dólar e meio) por garrafa de vinho é o preço FOB da Argentina. Nós não conseguíamos, de jeito nenhum, mesmo reduzindo os tributos, produzir nesse mesmo preço mínimo. Então, para nós parece irreal que possa haver, porque há, nesse caso, produtos da Argentina, fruto de um acordo fechado em 2005, com limitação em preço mínimo de US\$8 a caixa. Veja bem, US\$8 já seria uma solução extremada que eu diria que pode até se configurar em uma situação até de subfaturamento. Agora, a média está em US\$22,00 e US\$24,00, e 40% da importação estão abaixo de US\$18,00, o que impacta diretamente na nossa competitividade e numa concorrência que não temos condições de seguir nesse sentido.

Por outro lado também, no Brasil, estão sendo vistas políticas, principalmente estaduais e municipais até de estímulo à vitivinicultura, exatamente porque, numa pequena área, o agricultor pode diferenciar sua produção e, com um hectare ou dois hectares, ter uma renda de R\$40 mil a R\$50 mil por ano – acrescida sua renda com a produção de uvas para vinificação ou para sucos ou até para uva de mesa, quando tem... nesse sentido. Então, são políticas às vezes desencontradas. Portanto, nos falta em nível de Brasil uma política nacional para vitivinicultura. Já temos elementos, mas ainda nos falta uma política que estabeleça nesse sentido...

O que o setor está fazendo? Tenho mais três pontos para colocar, Senador.

O setor está principalmente trabalhando num programa que chamamos de modernização da vitivinicultura, ou seja, principalmente para as regiões tradicionais, que são a Serra Gaúcha e o Vale do Rio do Peixe, de Santa Catarina, regiões que há mais de 100 anos produzem uvas e vinhos: que se possam modernizar os vinhedos, fazer alteração de variedades e adequar principalmente a produção de uvas a produtos – vinhos, sucos e espumantes – que têm mercado, na verdade. Então, esse é um dos principais pontos. E possibilitar também que as próprias vinícolas, as indústrias vinícolas – são cerca



de 800 nesses dois Estados –, possam modernizar suas instalações, alterando suas pipas de madeira por tanques de aço inoxidável, implementando tecnologias de fermentação com controle de temperatura e principalmente implementando tecnologias que possam lhes dar mais competitividade.

Então, o setor também está trabalhando muito fortemente na qualificação da produção. Estamos com o Sebrae nacional implementando programas de boas práticas agrícolas, boas práticas enológicas e análise de perigos e pontos críticos em vinícolas. É um programa que está sendo implementado. Iniciou-se no ano passado toda a formatação, e no próximo ano vamos implementá-lo em 100 empresas. Ainda é pouco, mas é um começo para qualificar. Estamos também trabalhando na identidade do vinho do Brasil.

Portanto, há quatro anos estamos trabalhando Vinhos do Brasil e *Wines from Brazil* para exportação, um trabalho muito forte no sentido de dar identidade ao nosso produto e reconhecimento do crescimento da sua qualidade no mercado interno principalmente, trabalhando também as indicações geográficas. O Vale dos Vinhedos é a primeira delas. Temos agora Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul, Flores da Cunha/Nova Pádua, vinhos da Campanha, no sul do Estado, vinhos do Vale do São Francisco, em Petrolina e nessa região; vinhos de altitude em Santa Catarina – trabalhando pontos de identidade para o vinho brasileiro, o que pode também dar maior competitividade, trabalhando na promoção.

Em termos de governo, o que já foi feito?

Também temos que citar as ações já desenvolvidas. Em primeiro lugar, em 2008, uma parte de 2009 e 2010, obtivemos apoio do Ministério da Agricultura e da Conab para programas de escoamento da produção. Aí, portanto, as nossas exportações foram elevadas, mas são situações que, eu diria, não reais, porque, com o apoio isso é possível, principalmente para o mercado russo. Tivemos, no ano passado, o estabelecimento das licenças de importação não automáticas, o que também deu um fôlego, no final do ano passado, para que pudéssemos cumprir o Natal, etc., sem uma pressão muito forte. Em função disso, o Governo adotou no ano passado – está sendo implementado neste ano – o selo de controle fiscal, uma solicitação do setor produtivo brasileiro, com algumas divergências internas e principalmente com a contrariedade dos importadores, que não admitem essa medida, na verdade, porque estabelece maior controle à própria importação, maior exigência, digamos, nesse sentido. Mas o selo fiscal foi estabelecido e, em 1º de janeiro de 2012, estará valendo para todos os produtos importados e nacionais também.

Temos, desde 2004, o apoio da Apex, para os projetos de exportação e, desde 2006 também, eu diria, o apoio também do Ministério das Relações Exteriores. Eu recordo que, em 2004, fizemos uma degustação de vinhos aqui no Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro Celso Amorim ainda, e havia uma resistência muito forte dos próprios embaixadores em servir



vinhos brasileiros. Hoje, já temos cerca de dez embaixadas no mundo que, primeiro, abrem suas portas para fazer degustações, convidar jornalistas e compradores, e hoje estão adquirindo normalmente vinhos do Brasil para servir nas suas atividades e cerimônias. Então, isso já é um ponto positivo, ou seja, houve uma mudança nesse sentido.

Para concluir, Senador, três pontos que consideramos fundamentais, que são internos: redução da carga tributária – isso é uma necessidade, pois pagamos de 48% a 52% de impostos sobre uma garrafa de vinho; maior controle nas importações, seja fiscal ou sanitário – não temos estrutura suficiente para isso no Brasil; e a taxa de câmbio. Não vou falar aqui o que todos já repetimos, que a taxa de câmbio estimula a importação muito mais do que a exportação.

Do ponto de vista dos acordos internacionais, uma revisão do Mercosul. É necessário que haja situações diferenciadas para produtos diferenciados. Não pode ser a mesma regra para todos. Uma revisão do acordo de comércio exterior com o Chile, Mercosul/Chile – ACE nº 35. Ou seja, nós sabemos que, ao longo do tempo, foi possível revisar alguns pontos no setor automotivo e em outros setores. Por que não no setor vitivinícola? Acho que é possível fazer isso.

E uma posição defensiva – aqui vou discordar do companheiro Camardelli na relação com a União Europeia e Mercosul. A nossa posição é defensiva: ou seja, comparar vitivinicultores da União Europeia com os do Mercosul. Com os subsídios que a União Europeia dá, com esses subsídios não há como não se ter uma posição que não seja defensiva em relação à União Europeia.

Agradeço e estamos à disposição para o debate.  
Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas, mas é preciso realmente otimizar o debate. Acho que, em média, os palestrantes falaram um pouco mais de dez minutos.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento. Por ordem de chegada, colocaria o Senador Sérgio Souza e, logo em seguida, o Senador Antonio Russo. Eu mesmo fiz a inscrição, pela ordem de chegada dos Senadores.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Moka. Fiquei realmente impressionada, porque apenas os dados apresentados aqui confirmam a preocupação com uma situação absolutamente assimétrica no setor agropecuário em relação ao Mercosul: Brasil/produtores *versus* países do Mercosul.

Começo com o Daniel, que foi o primeiro expositor, porque ele me trouxe uma preocupação adicional a essas de que falamos aqui, que é este



acordo Egito/Mercosul. Para o Rio Grande do Sul, isso é um arrasa quarteirão. Não especificamente no setor agropecuário, mas no setor industrial, porque está implícita nesse acordo uma questão na área do setor de ônibus, produção de ônibus. Por esse acordo, está previsto que o Egito poderá trazer para cá peças de ônibus para montar no Brasil ou, se montá-las lá, trazer aqui com os subsídios à importação desses ônibus ou dessas peças. Isso preocupa, especialmente porque no Rio Grande do Sul está o maior centro produtor de ônibus. Então, isso me preocupa, já que V. Ex<sup>a</sup> falou que está chegando esse acordo para o Congresso examinar.

Quero já antecipar – avisei o Itamaraty dos riscos disso –, e estaremos vigilantes aqui a isso. Como ficou patente, queria saber do senhor – faço a pergunta a todos e depois respondem –, pois todos eles falaram praticamente a mesma linguagem, sobre as questões relacionadas a câmbio e a revisão dos acordos do Mercosul. Esses temas permearam todas as exposições: no trigo, na carne, no leite e também no vinho.

Então, que condição há para que o Governo brasileiro faça a revisão nos acordos do Mercosul? Esse é o primeiro ponto. Então, queria saber do senhor sobre essas questões.

Do Poletto, ficou patente, no caso do trigo, do leite, da carne e do vinho, que falta, de parte do Governo brasileiro, nesses setores estratégicos – porque essa é uma produção estratégica... Pelos números apresentados pelo Moka e por todos em relação ao mercado internacional e ao superávit comercial que o setor representa para o Brasil, é um setor estratégico, mas nem o trigo, nem o leite, nem a carne, nem o vinho têm uma política permanente de apoio, como tem a Europa, por exemplo, que, no caso do vinho, dá subsídios; no caso do leite, dá subsídios; e a própria Argentina e o Uruguai, dentro do Mercosul, quando houve a seca, concedeu.

Então, o que espera o setor de trigo? Se vamos continuar patinando nessa produção de cinco milhões de toneladas e importando sempre. Quer dizer, qual é a expectativa? A sinalização do lançamento do Brasil Maior pode representar para o setor agropecuário a perspectiva de que o Governo brasileiro virá enfim a adotar uma política para estimular a produção de trigo? Gostaria de saber também se não há, dentro do Mercosul, triangulação na área do trigo para prejudicar o setor no Brasil. Qual é o maior problema para o trigo? O maior problema é câmbio? O maior problema é financiamento? O maior problema é tributação? Qual é o maior problema nesse setor?

Ainda uma pergunta para o senhor, Dr. Daniel: por que o Brasil não autoriza, já que importa tudo, do produto acabado à comida, por que não autoriza a importação de insumos agrícolas para o setor, como fertilizantes, como defensivos e outros? Por que o Governo brasileiro não faz isso para ajudar a baratear a produção?

Para o Dr. Rodrigo Alvim.



Eu quero saber: mesmo tendo subido a produção de leite e de lácteos em 20% na Argentina e no Uruguai, como o senhor falou, esses dois países têm produção suficiente para mandar para o Brasil essa quantidade? Não está, como aconteceu na década passada, vindo leite da Holanda? Aqui se disse em relação à carne que ela não fala inglês nem espanhol. O leite também não fala espanhol ou português – quer dizer, a aftosa, como falou o Camardelli. Esse leite é suficiente para isso? E qual é a sua expectativa, nessa reunião de Porto Alegre, em relação ao entendimento sobre o estabelecimento de cotas? E qual é a perspectiva do mercado brasileiro se não for resolvido o problema de câmbio para o setor de lácteos, que é altamente empregador? Lembro que são quatro milhões de brasileiros que dependem da questão do leite.

Para o Dr. Carmardelli.

Na questão da carne, uma das coisas que me chama a atenção... Queria saber sobre os investimentos do Governo brasileiro na área sanitária, que é o foco da questão. Eles estão adequados às necessidades e à importância do mercado brasileiro como segundo maior exportador? Estão adequados sob o ponto de vista orçamentário e da execução desse orçamento?

Segundo: qual é a possibilidade – o senhor está falando com um entusiasmo que até me alegra, mas não sou tão otimista assim – de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia? Porque é exatamente onde a Europa é mais protecionista: em seu setor agropecuário. Qual é a possibilidade de haver esse acordo? E mais: não é muito mais urgente fazer o dever de casa nessa harmonização das políticas sanitárias dentro do Mercosul? Havendo isso de nossa parte, fica mais fácil um acesso pela argumentação dessa barreira sanitária. O que está explicando a transferência de grupos frigoríficos brasileiros para a Argentina? É esse ambiente mais favorável lá em relação a câmbio, tributação e logística que está estimulando muitos frigoríficos e até outras indústrias do setor alimentício a se instalarem na Argentina?

São essas as minhas questões para o senhor. Queria agradecer também, Camardelli, por seu voto. Eu espero estar correspondendo à confiança que me permitiu chegar ao Senado, também com o seu apoio.

Queria cumprimentar o nosso Arnaldo Passarinho, o nosso Presidente da Câmara Setorial do Vinho que está prestigiando esta audiência pública.

Para o Paviani.

O que é pior para o setor de vinhos? É o câmbio, é o contrabando ou são esses acordos comerciais? Outra curiosidade que tenho: apesar dessas dificuldades, esses produtores de vinho do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Nordeste, como os produtores de trigo, parecem muito teimosos, insistem em continuar produzindo e vêm aumentando a qualidade. Isso aconteceu com o trigo e está acontecendo com o vinho. Os espumantes brasileiros estão ganhando prêmios internacionais, os tintos brasileiros estão



ganhando prêmios internacionais. Como justificar essa adversidade diante desse desempenho interno em relação ao aumento da produção, criação de novas marcas e vinhos de qualidade? Então, o que é pior: contrabando, câmbio ou tributação? Essas são as minhas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Moka.

Primeiramente eu queria parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de discutir um assunto de tamanha importância. As lamentações de V. Ex<sup>as</sup>s aparecem nas preocupações que tenho ouvido a Senadora Ana Amélia semanalmente colocar da tribuna do Senado ao falar das dificuldades que o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil estão enfrentando na comercialização com relação aos países do Mercosul.

Eu tenho ouvido, Senadora, principalmente no que diz respeito aos *freeshoppings*, as suas indagações. E nós temos isso também no Paraná, Senador Moka, como vocês também têm um pouco disso no Mato Grosso do Sul. No Paraná nós temos também uma divisa com a Argentina e com o Paraguai e nós sofremos diariamente com situações parecidas com as que enfrentam o Rio Grande do Sul. Mas eu percebi que, realmente, a questão está centralizada, talvez nas questões da União Europeia, mas muito mais nos nossos problemas com o Mercosul.

Nós temos, por exemplo, a liberdade ou a liberalidade de não impor o *dumping* ou o *antidumping*, e isso traz para nós algumas dificuldades. Mas o dólar, ou o câmbio, talvez seja o nosso maior problema, porque ele está associado, necessariamente, a um custo em cadeia. Por mais que o nosso produto interno, como o leite – aqui colocado, Rodrigo –, esteja num valor para o consumidor maior do que nos demais países da América Latina, o custo dele também é maior, como foi bem demonstrado.

E aí vem a minha preocupação: e o cidadão brasileiro? É ele que está pagando isso, não é verdade? Então, temos de ter realmente algumas ações do Governo Federal, talvez parecidas com essa que a Presidente Dilma lançou esta semana para a indústria, que é o Brasil Maior. Isso é necessário, sim, porque nós estamos pagando – acho que foi o Rodrigo que disse – subsídios, comprando subsídios. Isso é inadmissível. Então, coloco aqui também a minha preocupação com relação a isso e a indagação de quais são as propostas nas quais o Governo está pensando para que possamos ter um mercado mais competitivo, mas para que o nosso consumidor também venha a pagar menos pelo produto que adquire.

Verifico que temos o menor lucro, e nós temos também, talvez, pouco incentivo do Governo em relação a isso. Recentemente acompanhei o lançamento dos dois Planos Safra, tanto do MDA, que é da agricultura familiar,



como o Plano Safra da Agricultura. O Governo está preocupado com a pecuária. Isso fica claro na medida em que ele está querendo investir principalmente no aumento da produtividade e está disponibilizando linhas de recursos para que o produtor brasileiro possa melhorar a qualidade de seu rebanho e também a qualidade de suas pastagens. Assim, Paviani, será possível mudar parâmetros como, por exemplo, aquele segundo o qual em um hectare você emprega um cidadão brasileiro no cultivo das uvas, nas vinícolas. Que também isso seja feito no setor da pecuária, porque, em dados momentos, a pecuária, talvez em até menos de um hectare, ocupe muito mais mão de obra – principalmente na questão do leite, produção que é muito mais concentrada no espaço territorial.

Mas eu expresso aqui a minha preocupação com o quanto o brasileiro paga pelos produtos que compra. Acredito que, realmente, o problema é de mercado. O mercado é mundial, mas seus preços são impostos principalmente pela questão do câmbio, que acho que é o nosso maior problema neste momento.

Era isso. Quero agradecer a todos vocês.

Sr. Presidente, peço licença para me retirar porque tenho um compromisso agora em meu gabinete. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Antonio Russo.

**O SR. ANTONIO RUSSO** (PR – MS) – Presidente Moka, é um prazer falar pela primeira vez nesta Comissão. Ouvindo a Senadora Ana Amélia, a gente percebe que pouco a gente sabe, tamanho é o conhecimento de S. Ex<sup>a</sup>. Vou ser, portanto, bastante breve.

Eu venho da empresa privada, Dr. Poletto, e sou pouco político. Quando a gente, na empresa privada, tem dificuldades com alguma montanha que a gente tem muita dificuldade de transpassar, procura contornar.

Eu pediria aos senhores todos um caminho alternativo, porque o processo do câmbio é o grande problema do Godinho, do Polleto, do Rodrigo, do Camardelli e do Paviani, porque é muito confortável para o Governo essa situação. Nós somos da base do Governo, mas sabemos que o próprio Governo está tendo muita dificuldade em resolver esse problema do câmbio. E a indústria já está indo para o terceiro ano de dificuldade com o câmbio.

Enquanto nós temos um subsídio na Europa de US\$1 bilhão por dia – e eles irão se empobrecendo se continuarem desse jeito –, nós aqui agora estamos começando a indústria do leite, por exemplo, a indústria da carne e do trigo. Quando a gente vê a história do trigo e o senhor fala que nós estamos exportando para o Egito para eles fazerem ração, aqui no Brasil, onde o Governo ainda está querendo recuperar mais 16 milhões de pessoas da classe D, achamos essa coisa muito difícil de entender para quem não é político.

No que nós precisaríamos caminhar? O senhor vê que hoje qualquer Comissão tem muitas pessoas, muitos Senadores e em uma Comissão



como esta, pedida pela Senadora Ana, estamos aqui com três, quatro Senadores para questionar-nos. Isso é muito complicado.

Esse é um primeiro passo para a indústria do trigo, a indústria do vinho, a indústria da carne, a indústria do leite, porque a burocracia é muito grande. Eu não sei qual é o caminho. O Dr. Camardelli, por exemplo, com quem tenho um conhecimento há muitos anos e é uma das maiores autoridades no setor no Brasil, tanto já serviu o Ministério da Agricultura como hoje está numa empresa privada, sabe os caminhos para nós chegarmos onde devemos.

Eu não sei qual seria a saída. Mas nós já pensamos até que temos, em algumas embaixadas, adidos de tudo quanto é tipo: militar e tal. Por que não termos um adido da empresa privada? Não precisa ser em toda embaixada, mas quem sabe um homem que tenha um conhecimento da empresa privada nas embaixadas principais, em trinta, quarenta embaixadas, o que repercutiria em outros mercados para nós sabermos os caminhos, para não precisarmos ver o Vice-Presidente da República de sair do País para resolver um problema de carne na Rússia?

Nós que já estivemos com dois Governos na Rússia para resolver problemas – não é, Carmardelli? – sabemos da dificuldade naquela democracia jovem, porque eles ainda não têm o conhecimento do ritual do que é fazer uma indústria, o que nós temos aqui no Brasil, o que é um orgulho. Por que não irmos pelos caminhos que a empresa privada conhece? Porque não vai ser o Governo quem vai resolver esse problema se vocês não colocarem um pé dentro deste Congresso, se vocês não conseguirem colocar aquilo que vocês conhecem, porque a empresa privada conhece o que o Governo não conhece. Hoje eu estou do lado de cá e sei qual é a dificuldade de entender, por exemplo, que um boi é desmontado. O boi não é uma montagem, como em um automóvel. Ele é um desmonte. Quando a gente vê o Camardelli falar...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS)** – A gente desmonta. *(Risos)*

O Camardelli, com muita propriedade... Não podemos fazer as compensações dos cortes, porque temos muita dificuldade de entrar em mercados que são muito mais políticos do que sanitários. Sabemos o prejuízo que nos deu uma aftosa no Mato Grosso do Sul na economia nossa, e ela foi totalmente política.

Então, precisamos de que vocês coloquem um pé realmente aqui e se direcionem, porque, de um modo geral, criticar o câmbio... Ele é muito cômodo para o Governo, porque tem outras compensações, mas a indústria tem uma só: o câmbio. Então, vocês precisam realmente de trazer esses caminhos. Quais os caminhos? Não sei! Mas vocês precisam trazer, cada um no seu setor, para que possamos entendê-los cada vez mais.

Está de parabéns a Ana, porque esse é o melhor caminho.  
Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

Indago dos outros Senadores, porque houve a exposição e os Senadores que estavam presentes à exposição já fizeram os seus questionamentos. É uma audiência pública que está tratando das chamadas cadeias produtivas. Indago se alguns dos Senadores que não tenham ouvido a exposição querem fazer alguma colocação. Eu passaria logo à Mesa para que eles possam responder aos questionamentos. (Pausa.)

Senador Casildo.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Senador

Moka, que preside esta Comissão, prezados colegas, senhores convidados, a gente tem diversas comissões. Eu tinha outra fora, mas vinha escutando no caminho alguns temas pela Rádio Senado e justamente estava a Senadora Ana Amélia questionando algumas teses. Sei que outros colegas devem ter levantado outros temas, mas escutei a Senadora Ana Amélia levantando a questão dos nossos vinhos, dos espumantes e eu pegaria uma carona nessa tese, já que está sendo colocada aos senhores que são da área. Ouvi também o Sérgio Souza, do Paraná, levantando questões do Paraná.

Na questão dos vinhos e espumantes, tem o Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, que é muito forte nisso, e nós temos, em Santa Catarina, um nicho de vinhos de altitude que está começando na região de Urupema, São Joaquim, Bom Jardim da Serra. São vinhos de altitude, 1.600m, 1.400m. É um nicho de vinhos finos inclusive. O Governo catarinense já vem tirando uma parte do ICMS para estimular, mas são vinhos que estão competindo, assim como os do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, com bons vinhos do paralelo do Chile, da África do Sul, dessa região. Estão competindo com o mesmo microclima. É uma microrregião, um nicho de mercado que está dando bons resultados. O pessoal está investindo, mesmo nos espumantes. Como Santa Catarina é um minifúndio, precisamos estimular isso. É o cooperativismo que está investindo nisso lá. São os pequenos produtores, são minifúndios, são as empresas. Estão formando associações. Isso é alguma coisa que vem agregar mais à renda, à renda das pequenas propriedades. Temos que diversificar. Acho que este é um bom nicho de mercado: os vinhos de altitude, os espumantes.

Também estamos adaptando, a Epagri, os órgãos técnicos ligados à Secretaria da Agricultura, inclusive experiências de oliveiras em alguns lugares também de altitude de Santa Catarina, em função da composição do pedregulho, dos microclimas. Então, a produção dessas oliveiras está adiantada, estão produzindo azeite de oliva, com experiência. O Brasil importa, praticamente, 100% de azeite. Então com um pequeno pedaço de terra poderíamos diversificar o azeite. Quer dizer, isso agrega alguma coisa de valor que vai ajudar na diversificação como o pequeno reflorestamento nas cooperativas, nas pequenas propriedades. Eu sei que o leite foi questionado.



Mas diversificando isso, aumentando a tecnologia, como incentivar isso, ajuda muito, sem dúvida.

Isso, em Santa Catarina, como tese para algumas coisas. Mas por extensão, o Brasil é grande, tem as suas diversidades, tem as suas características... E agora, temos a questão do Código Florestal que estamos nesta Casa tratando, que tem uma importância muito grande, forte nessa legislação que vamos adaptar – já veio da Câmara, faltam pequenos ajustes aqui no Senado –, para que nós tenhamos, de acordo com as regiões brasileiras, uma produção com sustentabilidade – acho isso importante –, para que o Brasil possa competir, não só dentro do Mercosul, mas com o mundo.

Sr. Presidente Moka, eram algumas considerações, sem querer roubar o tempo, mas eu não poderia deixar de, como membro desta Comissão, vir aqui para endossar a tese dos colegas. E não vou falar nem do desmonte, mas chamou atenção ao que V. Ex<sup>a</sup> levantou...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – No bom sentido.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – No bom sentido, é claro: tem que esquartejar o boi, tirar daqui uns pedaços bons, tirar dali, tirar o filé mignon, fica a carne de pescoço. (*Risos.*) Mas, em todo caso, tudo faz parte do bom sentido. Quero cumprimentá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço-lhe, Senador Casildo.

Senador Cyro, deseja fazer alguma indagação?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Moka, Srs. Convidados, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, eu não participei, infelizmente, por uma votação na Comissão de Infraestrutura, da explanação dos senhores; somente uma parte do Dr. Rodrigo.

Eu tenho uma questão, que não sei se ela já foi explicitada, mas se já o foi, que os senhores me desculpem.

Bom, eu gostaria de saber sobre os impactos específicos para as cadeias produtivas do leite, do arroz, do trigo, da carne e do vinho, advindos de um fechamento de um eventual acordo de livre comércio com a União Europeia e o Mercosul. Eu não sei se isso já foi dito.

Há outra também: eu gostaria de conhecer a avaliação do Governo Federal sobre os benefícios dos acordos internacionais vigentes para a economia brasileira, sobretudo, para o agronegócio.

Igualmente, eu gostaria de saber qual é a abrangência dos acordos firmados no âmbito do Mercosul.

São essas as questões. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – De imediato, passarei a palavra, pela sequência do que foi colocado aqui pelos palestrantes, para que ele possa fazer alguns esclarecimentos que foram



questionados, ao Dr. Daniel Marteleto Godinho. E se V. S<sup>a</sup> quiser, porque trouxe outro técnico e, de repente, é outro assunto que acha pertinente o Dr. Rogério Fabrício Glass responder, fique à vontade.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Bom, eu gostaria de tecer alguns comentários gerais, cumprimentando os nobres Senadores que chegaram posteriormente, no momento em que fazíamos a nossa apresentação; cumprimentar também todas as outras autoridades que chegaram após esse momento. Mas eu gostaria de tecer alguns comentários gerais, que acho respondem alguns questionamentos feitos e talvez possamos debater alguns pontos mais específicos.

A primeira pergunta que nos foi feita de forma muito concreta na introdução da Senadora Ana Amélia foi a respeito do que o Governo Federal, do que poderíamos fazer para mitigar, combater essa situação difícil que verificamos em nossas apresentações e nas intervenções de todos os colegas aqui presentes.

Preciso concordar integralmente com o Dr. Polleto em sua intervenção quando disse que a principal chave para que possamos solucionar esses problemas é, de fato, a recuperação da competitividade. É nesse sentido e para isso que foi lançado anteontem a nossa nova política industrial Plano Brasil Maior.

O principal pilar desse plano anunciado pela Presidenta Dilma é justamente a desoneração fiscal para oferecer maior competitividade aos setores. Do ponto de vista específico do setor do agronegócio, em geral, o que posso dizer nesse momento é que ainda não foram definidas todas as medidas setoriais. Mas, com certeza, posso dizer que está definido que um dos blocos de ação da política industrial será o agronegócio brasileiro. Isso é muito importante. Aí eu perguntaria se o meu colega Rogério Glass...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes do Glass falar, acho que a gente precisa, ao terminar a audiência fazer um encaminhamento, porque para mim audiência pública tem que ter um encaminhamento, do contrário ficamos falando, falando e, depois, não fechamos, não conseguimos dar uma conclusão, um encaminhamento.

Pelo que ouvi aqui, Senadora com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, nós que estamos aqui, num ato seguinte, no Ministério da Indústria, quem sabe com a Ministra Chefe da Casa Civil, precisamos resolver essa questão. Como vai ser a regulamentação do setor do agronegócio. Preocupa-me o seguinte. Quando você faz o levantamento da balança comercial, o Mercosul é superavitário. Mas em relação ao agronegócio, e fiz questão de demonstrar aqui, há um déficit de 3.14 bilhões. Então estamos fazendo audiência pública quase em socorro – desculpe-me se não for essa a expressão, corrija-me, ao trigo, ao leite, ao vinho e à carne. Sem falar no arroz que quase que mata o nosso Deputado Federal Luis Carlos Heinze todo dia aqui, junto com a Senadora.



É disso que nós estamos falando. Então essa é uma questão em relação ao agronegócio especificamente. É claro que o Brasil não vai deixar de estabelecer relação com o Mercosul. É claro que na balança comercial é bom para o Brasil. Mas existem alguns segmentos que estão pagando essa conta e que nós precisamos ou de uma política de compensação ou de um encaminhamento que possa, pelo menos, harmonizar essas questões. Desculpe-me é o meu jeito, mas é importante fazermos que essa discussão caiá na questão mais prática que é a angústia dos segmentos que estão aqui representados.

Desculpe a minha interrupção.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Senador, acho que foi uma intervenção totalmente pertinente. Estou plenamente de acordo com suas palavras.

Seria muito importante sairmos daqui com um encaminhamento. É um interesse comum. Coloco-me à disposição de todos os presentes e coloco toda a equipe do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior para que possamos, juntos, definir medidas e traçar metas, enfim, agirmos no sentido de combatermos os problemas aqui identificados. Isso ocorrerá e eu perguntaria ao colega da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, que esteve mais ligada às questões do Plano Brasil Maior, se haveria algum comentário específico, quando isso poderia ser feito com todos os colegas.

**O SR. ROGÉRIO FABRÍCIO GLASS** – Bom dia a todos, sou Analista de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior, trabalho na Secretaria de Desenvolvimento da Produção na Coordenação Geral de Agronegócio.

Com relação ao Plano Brasil Maior, um dos blocos em destaque – são cinco blocos – blocos de setores que o Governo está dando ênfase, um dos blocos é o do agronegócio. Estamos formando conselhos setoriais com representantes das entidades privadas para atuar junto ao Ministério, ao Mapa, ao MCT na questão de tecnologia, inovação. Então nós vamos formar esses conselhos e chamar os representantes, os mais importantes de cada setor, e discutir ponto a ponto o que a gente pode avançar em questão de competitividade e, é claro, não deixando de prestar atenção na questão do câmbio, desvalorização tributária, infraestrutura, que são essas questões recorrentes e que vão persistir sempre quando se fala em competitividade.

Então, a gente está lá, como o Daniel Godinho falou, aberto à discussão, tanto na Secex como na SDP, com o suporte nesse plano, para atender as demandas e verificar os melhores caminhos. Sinto falta do Mapa, que é um grande parceiro nosso na questão de agronegócio. A gente atua paralelamente, mas, com certeza, o Mapa fará parte desse conselho, assim



como o MCT e outros órgãos públicos. A gente está aberto lá para o Ministério a qualquer demanda.

A gente já trabalha com o setor de vinhos, com o setor de carnes, de trigo. Inclusive em 2009, a gente fez uma oficina para levantar os gargalos do setor do trigo. Quanto ao leite, lá na Secretaria de Desenvolvimento da Produção a gente ainda não tem um contato muito próximo, a Secex tem mais, mas estamos abertos para receber essas demandas e, junto com a base do plano Brasil Maior, encaminhar o que deve ser feito com o Governo no geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas objetivamente há, por parte do Governo, uma regulamentação, alguma coisa específica? Quer dizer, vocês vão discutir, ouvir e depois normatizar isso?

**O SR. ROGÉRIO FABRÍCIO GLASS** – Isso. Como um dos blocos é o do agronegócio, alguns setores, primeiro carnes, café, frutas e vinhos também, vão ser elencados, a gente vai formar conselhos de cada setor desse e, junto com o Ministério da Agricultura e outros ministérios, a gente vai encaminhar as soluções possíveis.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Bom, então fica, mais uma vez, o reforço ao convite a todos os senhores. Quando e se o desejarem, estaremos à disposição, seguiremos esse importante debate sobre o plano Brasil Maior e as iniciativas de desoneração.

Outro pilar bastante importante do plano lançado é o pilar da defesa comercial – e aí eu faço referência à fala do Dr. Rodrigo Sant'Anna, que lembrou a experiência feliz que o setor teve com o *antidumping* aplicado. Trago uma boa notícia, e essa é uma notícia muitíssimo concreta, no âmbito do lançamento do plano: foi autorizado um concurso público para a carreira de analista de comércio exterior, da qual eu tenho a honra de pertencer, dos quadros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que quadruplicará o número de investigadores de defesa comercial do ministério.

Então, na fala do Dr. Rodrigo, me chamaram atenção duas coisas: as 25 mil páginas do processo. Quanto a isso, a gente não pode dar uma solução. O processo é realmente muito técnico, é muito complicado. Mas também nos chamou atenção bastante a questão dos dois anos de demora. Com a entrada desses investigadores, a meta do Ministério é reduzir pela metade esse prazo. São boas notícias, são notícias concretas, não só sobre o *antidumping*, mas também sobre todas as outras medidas de defesa comercial, salvaguardas que podem ser adotadas contra todos os países do mundo, mediante comprovação de surtos de importação e prejuízo graves ao setores. Então, por favor, setores, vamos debater, vamos trazer os prejuízos para análise do nosso Departamento de Defesa Comercial, que terá o interesse e o dever de analisar uma possível medida a ser tomada contra todos esses países.

Além do *antidumping* e salvaguardas, existem medidas compensatórias que podem ser tomadas contra países que oferecem subsídios



à sua produção, subsídios ilegais à sua produção, nós sabemos que esse é o caso de vários dos parceiros comerciais brasileiros – infelizmente esse é o caso –, temos que investigar e tomar medidas.

Duas medidas novas de defesa comercial são a circunvenção para combate de triangulações e a investigação de fraudes de origem, o que também vem a responder a demandas concretas dos nossos setores que sofrem com triangulações e com origens falsamente declaradas. Para isso, montamos um grupo de trabalho com a Receita Federal e já estamos trabalhando, já fizemos três reuniões técnicas, para alinharmos a defesa comercial antes da entrada do produto, defesa esta que será feita pelo MDIC, e na entrada do produto, defesa que será feita pela Receita Federal. Essas são novidades realmente concretas. Esse pilar da defesa comercial é algo realmente muito caro ao nosso Ministro e ao Governo brasileiro neste momento.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Daniel, eu queria aproveitar a carona. Sr. Presidente, permita-me fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Estou vendo que o Daniel, além de ser Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, também é do quadro do Ministério de Relações Exteriores. Como ele é diplomata, como é do quadro do Ministério, eu queria lhe dizer que, em outro mandato que tive no Senado e mesmo quando Governador do meu Estado, eu pensei nas viagens. Para competirmos com o mundo – lembro os produtos que vêm para o Brasil, que importamos –, precisamos ser mais agressivos, no bom sentido. A nossa diplomacia, as nossas embaixadas precisam negociar com esses países. Importamos produtos e, muitas vezes, nós os pagamos com dinheiro.

O Senador dizia do desmonte do nosso boi. Se tivermos de importar produtos, se vamos importar alguns produtos, tudo bem. Da China, por exemplo, importamos muita coisa. Para pagarmos com dinheiro, vamos, então, fazer uma troca: em vez de vir o *filet mignon*, como se diz no desmonte do nosso boi, vamos tentar colocar um pouco a carne de pescoço, no bom sentido. Vamos ser mais agressivos, vamos dá-lo em troca de uma mercadoria. Se for o *filet mignon*, se for a carne nobre, primeiro, vamos tentar vender a dinheiro; vamos exportar, mas vamos vender a dinheiro. Talvez, tenhamos de ser mais agressivos um pouco. Até tenho dito que, se nos mandarem alguma coisa e se há banana sobrando, banana neles! Vamos ser um pouco mais negociantes.

Na sua área, temos de fazer esses arranjos, temos de ser práticos nas permutas, nas negociações, para que possamos ter uma balança equilibrada, para que possamos achar negócios também. Lá fora, no exterior, temos de ser bons negociantes, bons bandeirantes, no bom sentido.



---

Eu queria apenas aproveitar a carona, já que o senhor é ligado a essa área, Daniel.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o comentário. Mais uma vez, é um comentário totalmente apropriado. Fica registrada a preocupação e a dica, a sugestão. Trabalharemos para isso. Sem dúvida, o aumento das importações, em geral – e, muitas vezes, são importações fraudulentas, importações com origem falsamente declarada –, preocupa-nos profundamente, e combateremos, com muito afinco, essas importações. V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza disso.

Eu falava sobre as medidas em geral de defesa comercial e não quero me alongar. Mais uma vez, coloco-me à disposição para fazermos um debate específico sobre defesa comercial, o que é muito importante. Essa é, de novo, uma das prioridades deste Governo.

Ainda há uma questão geral, alvo de comentários feitos por quase todas as pessoas: a questão do câmbio. Como também foi dito por um dos presentes aqui, a questão do câmbio é muito difícil de ser resolvida. O Governo brasileiro está muito atento a essa questão e está tentando tomar medidas. Do ponto de vista das relações internacionais brasileiras, o que percebemos neste momento é que há uma verdadeira guerra cambial, com moedas desvalorizadas, sobretudo as moedas norte-americana e chinesa. Todos os senhores presentes aqui sabem que o Governo brasileiro levou essa questão à Organização Mundial do Comércio, por iniciativa própria. E houve combate por parte de outros países que não desejavam ver esse tema ser discutido em âmbito multilateral. Levamos essa questão com coragem à Organização Mundial do Comércio. Essa questão está sendo debatida, com vistas a buscarmos alguma solução. Enfim, o Governo está atento à questão do câmbio. E sobre questões um pouquinho mais técnicas, eu peço vênia a todos os senhores devido a minha falta de competência institucional; como sou membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, não poderia, sob o risco de ultrapassar as minhas competências, falar sobre detalhes técnicos de controle de câmbio e o que pode ser feito. Peço desculpas a todos. Mas, enfim, o recado firme e direto é que, sim, estamos todos muito preocupados. O Ministério do Desenvolvimento, os exportadores brasileiros, nós que respondemos no Governo pelos exportadores brasileiros, estamos multíssimo preocupados.

Há algumas questões um pouco mais pontuais, como a questão da revisão do Mercosul, que foi aventada por vários dos senhores presentes.

O Mercosul, conforme a apresentação que eu pude fazer aqui um pouco mais cedo, quando olhado como um todo, realmente é benéfico; não há dúvida de que ele é benéfico ao Brasil.

Agora isso não quer dizer, como muitíssimo bem lembrou o Senador Moka, que nós não tenhamos que olhar, não tenhamos que tentar dar tratamento especial aos setores que hoje comprovadamente estão sofrendo.



Então, isso é algo de novo que está no radar do Governo. Agora, eu preciso passar, com muita honestidade e transparência, aos senhores a dificuldade de uma revisão dos acordos firmados no âmbito do Mercosul. Toda e qualquer revisão tem que ser necessariamente negociada com os três sócios. Isso não quer dizer que não tentemos e não tenhamos tentado. Isso foi feito em algum momento. Algumas tentativas foram feitas, algumas com êxito e outras não. Mas, enfim, um processo de revisão do Mercosul deve ser olhado com cautela. Mais uma vez, vamos debater vamos ver o que foi feito. É um processo difícil. Eu não posso deixar de ser muito transparente aqui com todos os senhores.

Sobre uma questão muito específica tocada pela Senadora Ana Amélia, a questão, primeiro, da importação de fertilizantes. Os fertilizantes, na tarifa externa comum – correto, Senadora? –, têm uma tarifa de 4% ou 6%, dependendo do código; defensivos, 8% a 14%. Mas hoje, justamente de modo a responder a preocupação da senhora, vários desses códigos estão presentes na lista de exceção à tarifa externa comum, hoje com uma tarifa zero, para, justamente, facilitar que os produtores brasileiros tenham acesso a esses produtos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Há uma preocupação com agroquímicos? Os outros, os defensivos também são para área de agricultura?

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Perfeitamente.

Essa lista de exceção à tarifa externa comum, mais uma vez, são os limites que as regras internacionais nos impõem e o próprio bloco que negociamos no passado somente tem cem itens, cem vagas para um universo tarifário de quase nove mil códigos. Então temos dificuldade em acomodar todos os setores e todos os produtos, mas estamos agora em pleno momento de revisão da lista de exceção à tarifa externa comum. É momento talvez para suscitar essa questão que a senhora aborda de forma muitíssimo específica, e a gente terá todo o interesse em analisar. Eu só não posso deixar de dizer aqui que, como representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nós defendemos e, obviamente, estimulamos a produção nacional desses produtos. O ideal seria que pudéssemos produzir internamente esses produtos com preços competitivos e, aí sim, todos os setores gozarem desses benefícios que a gente tanto deseja.

Acordo Mercosul-Egito, Senadora. Essa preocupação específica que V. Ex<sup>a</sup> levantou já nos chegou. À época da negociação do acordo, houve uma consulta pública feita pelos negociadores. Enfim, a preocupação já existia. Num processo negociador – eu não participei diretamente desse, mas posso dizer de vários outros, da experiência que tenho de vários outros processos –, é virtualmente impossível contemplarmos, numa lista de ofertas – e mais uma vez sendo muitíssimo transparentes com todos os senhores presentes –, os interesses de todos os representantes do setor privado. Porque, obviamente, há interesses também do lado do outro parceiro. Essa é uma questão que nos



preocupa, Senadora. Ela nos preocupa. Estamos atentos. Mas, como eu disse a senhora – a V. Ex<sup>a</sup>, peço perdão –, enviaremos um projeto, o acordo que o Poder Executivo negociou, para quem tem a competência constitucional de decidir sobre a internacionalização ou não desses acordos. Então, todos os senhores vão poder analisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aí me permita, eu acho que o Ministério da Indústria e Comércio tem que usar um pouco mais o Congresso, porque para o Governo fica difícil às vezes, mas não para o Congresso. Nós é que temos que ir à tribuna e começarmos a bater no sentido de especificamente pedir ao Mercosul revisão para o vinho, o trigo. Nós temos que transformar esse debate também em uma pauta da Comissão de Infraestrutura. E ser mais agressivo na tribuna e até no comércio e relações exteriores. Acho que também o Congresso tem que começar a gritar.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu queria lhe agradecer, Presidente Moka, e como encerrou o Dr. Godinho, o nosso papel aqui na nossa audiência é a da provocação em torno de um tema. Eu bati muito na questão da desindustrialização e estou batendo muito nessas questões das assimetrias do Mercosul. Pela relação dos déficits que temos no agronegócio, mostra exatamente o peso que Estados como o Paraná, o seu Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm em setores que eu considero estratégicos. E penso que com a presença aqui do Dr. Daniel Godinho, ele ouviu, num dia só, numa manhã só, o que os setores que são fundamentais precisam receber. O dever de casa passa a ser do MDIC, porque nós fizemos a nossa parte: trouxemos as pessoas aqui, para mostrarem as suas dificuldades e os problemas que são enfrentados pelos setores.

Então, nós, a partir disso, vamos dar um tempo, duas semanas talvez, e vamos, Presidente Moka, a Comissão voltar ao Ministério para acompanhar a evolução do que foi aqui tratado nesta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. Daniel, por favor, para concluir.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – Só para concluir a minha intervenção, peço desculpas por ter me alongado um pouquinho, e responder algumas intervenções muito pontuais levantadas pelos colegas do setor privados e não deixá-los sem nenhum tipo de manifestação, sobre a questão da importação da farinha de trigo argentina.

Nós já temos um debate no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex) a respeito, por iniciativa do MAPA; estamos também vigilantes e em breve tomaremos alguma medida. Isso é importante que seja dito.

Respondendo, agora, ao Dr. Camardelli, em relação às barreiras europeias à importação da carne, o senhor sabe muito bem que estamos em conjunto estudando possíveis medidas. Não é uma resposta ao senhor, que



sabe muito bem disso, mas talvez para dar conhecimento a todos dos esforços conjuntos que temos empreendido para combater esse problema.

Com relação ao acordo de lácteos levantado, tenho obrigação de dizer que esse é um acordo entre privados, mas que o Governo Federal sempre continuará dando apoio no sentido de orientar e de prestar quaisquer informações que possam ser úteis às negociações do setor.

E finalmente sobre vinho e aí também numa resposta mais geral sobre o acordo Mercosul/União Europeia e as negociações, nós fizemos também uma consulta pública em janeiro deste ano, temos as posições de todo o setor privado; no caso dos setores aqui representados, o MAPA conversou com todo mundo, já sabe as sensibilidades e isso, seguramente, será contemplado e não daremos qualquer passo sem conversar com todos os senhores.

Só uma informação que acho também é importante nas negociações Mercosul/União Europeia: até o final do ano, seguramente, não teremos a troca de ofertas, ou seja, quando você realmente assume o compromisso de degravação tarifária. Então, temos um tempo para mais uma rodada de conversas e que nós teremos o maior prazer de fazer com todos os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço as explicações que, pelo menos a mim, foram claras e diretas e acho que oportunas.

Na sequência, o Sr. Carlos Domingo Poletto.

**O SR. CARLOS DOMINGOS POLETO** – Vou fazer possível para ser objetivo aqui, para dar resposta às indagações, e, de certa forma, um pouco aliviado pela oportunidade de expressar as dificuldades, as angústias e também pela oportunidade de opinar com algumas soluções.

Quero dizer que espaço para o setor privado participar aqui no meio político e onde se decidem as coisas neste País é importantíssimo. E nós temos nos proposto a tirar tempo para cuidar dos negócios para contribuir – é até uma obrigação como brasileiro, inclusive. E faço parte da câmara temática de infraestrutura e logística do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a convite, tenho participado também no sentido de contribuir, porque isso é um elemento que pesa bastante no custo interno do País – logística, infraestrutura, enfim –, assim como nós estamos aqui tentando também trazer alguma solução.

A Senadora Ana Amélia me pergunta sobre como competir. Naturalmente que a questão do câmbio, as taxas cambiais desfavoráveis para os negócios, principalmente das *commodities* do agronegócio, eu creio que, com o tempo – espero que não seja a longo prazo –, se ajusta. Não há dúvida de que os próprios países do Mercosul também têm que fazer suas correções, assim



como o Brasil. Então, a médio prazo, creio que isso se resolve. A questão está em como sobreviver até lá, quando as dificuldades são iminentes e persistentes.

Mas, na explanação aqui do Senador Antonio Russo, ouvi nas suas palavras, no seu semblante, como empresário, certa angústia que, de certa forma, também está muito presente no meu dia a dia: como sobreviver, como honrar R\$2 milhões no final do mês, para custear o salário de seus colaboradores na atividade que hoje, na melhor das hipóteses, está empatando o dinheiro?

Ainda na resposta que queria dar à Senadora, além da questão do câmbio, eu reforço aqui o que falei anteriormente, até encerrei falando sobre isto: nós precisamos desoneras, e a melhor forma é cada um fazer o seu papel, o Governo também fazer o tema de casa e desoneras a produção. Como produtor e como indústria, já fizemos todo o possível. A indústria brasileira é muito eficiente. E temos que considerar que estamos trabalhando com alimentos, e a população está naturalmente gostando de se alimentar bem com o menor custo possível, como também está nos planos do Governo dar oportunidade a todos de terem acesso à alimentação.

E o Senador que me fez um aparte aqui fez um comentário, uma lembrança da preocupação com o consumidor. Na verdade, o consumidor está numa situação de certa forma até um pouco confortável, porque quem está bancando isso é a indústria, e, por consequência, o produtor, que é o último da ponta lá.

Falando em desoneração, eu queria citar três exemplos, um deles ligado diretamente à produção do campo. Hoje já não é mais o fertilizante, meu caro amigo, e algumas outras coisas, como a semente, que são os vilões da produção primária. Mas eu tenho exemplo – a Senadora Ana Amélia deve se lembrar desta minha afirmação num outro local, lá no Rio Grande do Sul – sobre o combustível, por exemplo, para a formação e a colheita de qualquer cereal ou de grãos: dez anos atrás, representava um custo de 5% sobre o custo de produção da *commodity*, e hoje está em 15%; esse é um exemplo prático. Isso ocorre ainda que tenhamos deixado muito de gastar combustíveis por conta de plantio direto e tantas outras coisas.

E outros dois exemplos também: na medida em que há instrumentos de Governo e setores do Governo preocupados com que sejamos competitivos, e há um belo exemplo do próprio Medic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior): não me esqueço de que, recentemente, fiz uma viagem ao Oriente Médio junto com o Ministro Miguel Jorge, com uma comitiva, uma iniciativa louvável, importante. Disso certamente se colherão frutos no futuro. Assim como começamos há muito anos, hoje, exportamos para a Rússia, países da Ásia. A Apex tem um trabalho espetacular. Mas, quando se fala em diminuir a tributação, e já há sinais para isso, esta semana mesmo já vimos, mas há algumas coisas que estão onerando demais a



produção, a indústria e o próprio produtor. Eu só vou dar dois exemplos aqui, muito simplórios, mas, de qualquer forma, para chamar a atenção. A folha de pagamento da Cotrijui, hoje, tem 104% de encargos sociais no seu somatório, e com algumas indenizações, naturalmente por conta das ações trabalhistas. São 104% de acréscimo em cima da folha de pagamento; funcionário se queixando de que ganha pouco e para nós tem um custo terrível.

E, outro exemplo aqui – a Senadora falou dos químicos –, para licenciar o nosso depósito de produtos químicos para fazer o fomento na produção, para dois anos isso aqui. Eram sete mil reais, aí aumentamos um pouco o espaço, foi para 54 mil reais de custo.

Então, tem muita coisa embutida no custo que tem que ser repassada para alguém, ou no mínimo empurrar contra o produtor nos preços dos produtos, com dificuldade de repassar para o consumidor e que não são vistos como impostos, como tributação, mas são taxas de tantas coisas que se tem para licenciamento no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério do Trabalho etc. e tal. Encargos da União, dos Estados, dos Municípios e que estão onerando muito, efetivamente, o custo de produção.

Então, quando nós falamos em desonerar, tem que tomar medidas, acho que assunto não se esgota aqui. Estamos à disposição para hoje, para qualquer momento, para voltar a discutir sobre isso.

Então, se não há como diminuir, que pelo menos se pare de aumentar, porque a cada dia tem uma coisa a mais para você ter que bancar. Então, a atividade meio, que seria somente uma área de apoio, está inviabilizando o produtor e a própria indústria. Eu não quero falar pelos demais, mas, realmente, a indústria está trabalhando com muita dificuldade.

A Cotrijui está em todas essas atividades, fazendo o fomento. Por consequência, ligada diretamente a 18 mil associados, eu sei o que acontece no campo, a dificuldade que tem, e temos indústria do arroz, da carne, das rações, enfim, do leite, inclusive. A Cotrijui é sócia de uma indústria de um milhão de litros por dia; eu faço parte do conselho de administração e sei a ginástica que se faz – não é, meu caro Rodrigo? – para a gente se manter ativo e competitivo.

Enfim, acho que temos que dar sequência a esse assunto com muita seriedade. Que bom que vejo disposição para isso, porque, em caso de não se solucionar, eu diria que, no mínimo, em médio prazo, com medidas para se reduzir esse custo, nós teremos como consequência uma quebra de indústria, quebra o produtor e, finalmente, quebra o País – e acho que isso ninguém quer.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência, passo a palavra ao Dr. Rodrigo Alvim.



**O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM** – Obrigado, Senador Moka.

Para não me perder, vou tentar responder as perguntas da forma como foram feitas pelos senhores, a começar pela nossa Senadora Ana Amélia.

A primeira preocupação de S. Ex<sup>a</sup> é com relação à triangulação. De fato, a triangulação foi um problema gravíssimo na relação comercial Brasil/Argentina nos idos da década de 90. Havia, como foi citado pelo amigo Godinho, a questão das listas de exceção, e o Brasil tinha lácteos nas listas de exceção e a Argentina não tinha. Então, havia diferença em impostos. Nós conseguimos recentemente, pelo menos até dezembro deste ano, harmonizar o imposto, a Tarifa Externa Comum do Mercosul, que variava entre 14% a 16%, para os lácteos, em termos de imposto, e o Brasil estava na lista de exceção com 28% ou com 27%. Isso é que favorecia a triangulação: o importador vinha pela Argentina, pagava, digamos, 14% – como da Argentina para o Brasil a preferência tarifária é zero, porque é Mercosul – entrava com 14% ao invés de pagar 28%. Agora, não. Harmonizamos, nos quatro países do Mercosul, a tarifa TEC a 28% para a questão dos lácteos. Então, não tem muito sentido fazer triangulação, mas não posso garantir à senhora que alguém não a faça por algum motivo.

Sua outra preocupação é com relação às perspectivas do acordo com os argentinos agora, dia 09, na sua terra, em Porto Alegre. Nós estamos um pouco receosos. Os argentinos, na tentativa que fizemos de um acordo no dia 27 último, alegaram algumas coisas: a primeira, eles queriam aumentar a cota de 3.300 toneladas de leite em pó para 5.000 toneladas, e nós dissemos a eles que a nossa intenção era reduzir de 3.300 para 3.000 e incluir uma cota para queijos e uma cota para o soro.

A questão do soro é uma questão complicada. Foram feitos vários investimentos em várias torres de secagem de soro no Brasil, porque o soro é um problema ambiental. Quando não se aproveitava o soro de alguma forma, o que se fazia no passado – e hoje naturalmente não se faz mais por conta das multas severas – era jogar fora junto com os efluentes. E o tratamento de efluentes das indústrias de laticínios, para o tratamento particular do soro, é caro. E o soro tem características nutricionais muito boas ainda; é muito utilizado até em fórmulas infantis, como Nan, Nanon e outras coisas mais. Há soros mais caros que o próprio leite em pó, porque há soros especiais, desmineralizados, para se utilizar na panificação, no sorvete, no chocolate, enfim. E é um produto ainda nobre. Então, ao invés de nós aproveitarmos o nosso soro e ocuparmos a nossas indústrias que foram criadas aí recentemente para isso, estamos importando soro. Chegamos a importar mais de 4.000 toneladas de soro em pó no ano passado, grande parte disso vinda dos próprios Estados Unidos. Então, é interessante, é importante e há até um ganho ambiental para o País em se regular um pouco essa importação de soro.



A perspectiva do nosso acordo com eles esbarra um pouco na questão uruguai. Nós queríamos ter avançado um pouco. Estivemos no Ministério da Agricultura, há coisa de dez dias atrás, conversando lá com o Secretário de Política Agrícola no sentido de obter o apoio do Ministério da Agricultura – e também necessitaríamos do apoio do MDIC – no sentido de negociarmos acordos com os uruguaios, porque há sempre a conversa de que o Uruguai não cerceia o mercado, como faz a Argentina, que, recentemente, estava aí com 600 produtos da nossa pauta de exportação proibidos de ingressar naquele país por exigência deles colocadas nesse comércio.

Recordo-me de que uma das vezes que fomos conversar com o Ministro Fernando Pimentel, ele estava muito indignado porque exatamente naquele dia havia três, quatro, cinco ou seis caminhões de ovos de páscoa barrados na barreira, pelos argentinos, que diziam que só entrariam os ovos de páscoa na Argentina após passada a Páscoa. Então, a relação comercial deles conosco é assim. E aí dizem que o Uruguai, não, que o Uruguai é um grande importador, que importa tudo, que é um País muito pequenininho, que a maior indústria do Uruguai é uma indústria de laticínios, que é a Cronapole, e aí não se pode mexer com o Uruguai. Mas o Uruguai veio aqui, quando estava na condição de importações não automáticas – àquela época estava recém-eleito Presidente da República o Mujica – falar com o Presidente Lula a abertura do mercado de lácteos brasileiros para eles, que, em contrapartida, abririam o mercado de frango, já que há anos éramos proibidos de exportar frangos para o Uruguai porque eles disseram que aqui havia a doença de *newcastle*, coisa que não temos há muitos anos, há mais de vinte anos. E eles proibiram a entrada da carne de frango por interesses próprios. Ele disse que trocaria mercados, mas quando chegou ao Uruguai, o Presidente Mujica deve ter sido apertado pela indústria de frangos uruguai e dá uma quota de 120 toneladas, três carretas de frango por mês para um mercado de 3 milhões de habitantes. E nós escancaramos um mercado brasileiro de 200 milhões de consumidores para os laticínios uruguaios. Então, essa relação tem de ser pesada, ponderada. Não pode ser assim.

Sempre dizem: “o Uruguai é muito pequeno”. Sim, é muito pequeno, mas quando exporta um milhão e trezentos mil litros de leite, Senador, para o seu Estado, ele causa um problema local. E quando ele causa o problema local, a indústria local dissemina isso para o Brasil e mexe em todo o mercado interno brasileiro. Então, realmente temos essa preocupação com o acordo argentino na semana que vem, que é a exigência deles de fazermos alguma coisa com o Uruguai, mas, por outro lado, sempre temos uma noção de que eles querem fazer o acordo, porque não deixa de ser uma reserva e uma garantia de mercado de 3 mil toneladas de leite em pó.

A outra preocupação da Senadora Ana Amélia é com relação à perspectiva que temos por medidas governamentais. A questão cambial foi



amplamente colocada aqui. E é um problema curioso porque o câmbio está desfavorável porque o dólar está barato; o dólar está barato porque entra muito dólar no País; entra muito dólar o País porque se especula. Com uma Selic que anda na estratosfera como a nossa, é interessante aplicar dinheiro no País. Por outro lado, não se podem abaixar juros porque, senão, inflaciona. E o setor industrial, a locomotiva do País prescinde de alguma coisa, porque alguma coisa tem se de ser feita. Se não for feita alguma coisa, vai se aumentar cada vez mais a desindustrialização do nosso País, já que as indústrias estão se transferindo para o Paraguai, Uruguai, Argentina, porque está muito mais interessante ir para lá do que ficar aqui dentro. Então, realmente alguma coisa tem de ser feita.

Respondo ao Senador Russo, que perguntou as alternativas ao câmbio. Acho que já foi citado aqui que a questão é fiscal, a questão é tributária, a questão é custo Brasil, como disse o Camardelli. As nossas taxas portuárias são as maiores do mundo, a nossa logística e a nossa infraestrutura são capengas para um país que cresce da forma como temos crescido. Há setores do nosso País que não acompanham o nosso crescimento econômico, e aí os custos vão aumentando. E isso tudo impacta na nossa competitividade. Temos que ser mais competitivos? Temos que ser mais competitivos, sim, mas nós, produtores, fazemos a nossa parte, a indústria faz sua parte, então, o Governo tem que fazer a dele.

A questão dos genéricos. Por que, no nosso caso, da pecuária leiteira, até hoje não se aprovou o genérico de produtos veterinários como foi feito com tanto sucesso, com tanto êxito nos medicamentos humanos? Quanto isso poderia nos dar mais competitividade? Poderíamos ter mais competitividade, Senadora Ana Amélia, se os processos de homologação e de aprovação de requerimentos de qualidade e também a possibilidade de produzir novos ativos, novas fórmulas, inclusive, de defensivos, não fossem tão morosos, tão demorados. São dois, três anos para que a Anvisa, para que o próprio Mapa aprove a fabricação, a industrialização de um novo produto no Brasil.

Então, isso tudo não é o produtor quem tem de resolver. É igual à qualidade de leite. Recentemente, nós passamos por apuros quando, a partir do dia 1º de julho passado, tivemos que obter um padrão de qualidade de leite, neste país, semelhante ao do europeu, ao do neozelandês, com seis anos de programa de qualidade. Eles têm 30, 40 anos que tratam disso. Nós, com seis anos, teremos que obter um padrão de qualidade do leite no Brasil igual ao dos Estados Unidos... Dos Estados Unidos, não, melhor do que o dos Estados Unidos; na verdade, igual ao da Europa e da Nova Zelândia. E eu dizia, então, que não é a caneta, não é o *deadline*, não é a última hora, o último dia que vai resolver o problema de leite no país. Mas é a participação, o comprometimento, a responsabilidade de uma cadeia tão longa em que o produtor é uma ponta,



mas tem outros atores nessa cadeia, inclusive o Governo, como órgão fiscalizador e que, muitas vezes, não funciona.

Enfim, acho que temos que ter, sim, mais competitividade, mas temos que ter a participação mais efetiva do nosso Governo em alguns aspectos, naturalmente.

Sobre a questão do crédito, Senador Russo, eu acho que ajudaria sempre no momento oportuno, porque quando a gente mais precisa, ele falta. Então, está se anunciando aí que tem crédito rural sobrando. Eu desafio um produtor da minha terra ir no Banco do Brasil mais próximo, que fica a uns 20 km, para fazer um custeio para a pecuária leiteira, que é a única atividade da nossa região, a zona da mata de Minas, e tenha recurso na agência disponível.

Bom, por fim, o nosso Senador Cyro Miranda, nosso Senador de Goiás, que pergunta qual seria o impacto do livre comércio, do Mercosul com a União Europeia.

Olha, simplesmente, fazermos um acordo, do Mercosul/União Europeia, o impacto é enorme, pelo menos no que tange ao leite, eu respondo aqui pelo leite. É porque a União Europeia, diferente da questão do vinho, ela não gasta 1 bilhão e 300 milhões de dólares por ano; ela gasta 49 bilhões de dólares por ano de subsídios para a pecuária leiteira. Felizmente, entraram mais dez países do leste europeu no Bloco Comum Europeu, e aí deram lá para distribuir e absorver os excedentes de produção de leite da Europa lá dentro mesmo, porque eles têm que abastecer os novos dez países que entraram recentemente. Se não fosse isso, nós estávamos com essa concorrência predatória, de uma região, de um bloco que gasta 49 bilhões de dólares para subsidiar seus produtores, seja pela injeção direta na veia do produtor, seja na hora de exportar, o custo de produção, e por isso ganhamos a petição de *dumping* contra os europeus, o custo da produção de uma tonelada de leite em pó na Europa é de 4.000 dólares a 4.500 dólares, e eles exportam a 2.000 dólares. Agora está a 3.800 dólares, em torno disso. O resto, o Tesouro do Mercado Comum Europeu deposita na conta do industrial. Pode exportar a 2.000. Se o custo é de 4.500, eu deposito 2.500 na sua conta. E aí é impossível nós sermos competitivos. Não vamos ser competitivos com esse mundo e com esse mercado imperfeito dessa forma, jamais.

Então nos preocupamos, sim, com o impacto do Mercosul/União Europeia, e com a aprovação dos argentinos nas discussões que tivemos, inclusive em mesas redondas com eles, harmonizamos uma questão: topamos um acordo de livre comércio União Europeia/Mercosul, mas na área de laticínio, sem subsídios. Se nós comprovarmos o subsídio, estamos fora, porque não dá para concorrer com o Tesouro da União Europeia.

E, por fim, eu queria citar, com relação às dificuldades desses acordos, um acordo feito, ano passado, do Mercosul com o Egito. E vieram nos saber, na nossa Câmara Setorial, que eu também presido lá no Mapa, e vieram



nos questionar se nós aprovaríamos esse acordo com o Egito ou não. Aprovamos com uma ressalva: caso eles exportem leite para o Mercosul, qual a origem desse leite. Porque o Egito deve ter seis, sete, quem sabe, dez vacas produzindo 20 litros, cada uma, o que dá 200 litros de leite por dia. Eles são importadores da Europa, eles têm livre comércio com os europeus, e a nossa preocupação era exatamente alguma *trade* egípcia importar leite da União Europeia, triangular o leite para o Brasil.

Então nós aceitávamos o acordo com o Egito, desde que fosse sempre comprovada a origem do produto, caso, na questão dos laticínios, houvesse exportação para o Mercosul.

Sendo assim, acho que respondi a todos os senhores.

Continuo, nobre Senador, à disposição dos senhores para, a qualquer momento, tentar ajudar.

Parabenizo, mais um vez, esta Casa. Sempre o efeito das audiências públicas, quer seja no Senado, quer seja na nossa Câmara dos Deputados tem sempre um efeito importante e sempre ameniza os problemas do setor. Nesse sentido, estou sempre à disposição da Casa e agradeço penhoradamente em nome dos produtores de leite brasileiros pela iniciativa da nossa Senadora Ana Amélia e da sua presidência nesses trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado Dr. Rodrigo Alvim. Eu e o Dr. Alvim discutimos muito essa questão pecuária do leite há pelo menos uns 15 anos, desde a minha época como Deputado na Câmara dos Deputados, na Presidência da Comissão.

Presidente não tem que falar, tem que ser âncora, tem uns presidentes que querem ser presidente, mas querem ser âncora.

Essa questão do subsídio... O produtor brasileiro não concorda. A competitividade, a nossa eficiência... Agora é difícil você concorrer com contra o tesouro europeu, o Mercado Comum Europeu. Aí não tem jeito.

Com a palavra Dr. Antonio Jorge Camardelli.

**O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI** – Obrigado, Senador Moka.

A sua posição de dar continuidade ao processo dessa reunião talvez seja a notícia mais importante. Temos perdido, ao longo do tempo, algumas oportunidades de avançar e evoluir nos assuntos atinentes ao agronegócio. Não tive conhecimento, mas perdemos uma grande oportunidade de apertar o Japão quando nós compramos a tecnologia digital deles. O Japão paga 20 dólares por um quilo de língua e nós estamos vendendo a cinco. Um contêiner de língua vale 500 mil dólares. Então essas oportunidades nos leva a ter uma revisão de processo do que acontece hoje no Brasil como um todo. Hoje, nós temos – talvez como crítica construtiva – temos a interface do Governo hoje que controla a exportação. O Serviço de Vigilância Agropecuária hoje no porto de Santos, ele controla a importação. Quando, na verdade, a



Europa tem um sistema chamado alerta vermelho e que controla tudo o que nós mandamos para lá.

Respondendo à Senadora Ana Amélia, inicialmente, em seus questionamentos, vou juntar a primeira pergunta com segunda: investimentos na área sanitária são adequadas e a execução de orçamentos. Vou me valer do repto da confirmação do Ministro Rossi, conforme depoimento dele num almoço. A Presidenta Dilma colocou para o Ministro que repto seria modernizar o Ministério que estava bastante retrógrado em relação ao avanço da iniciativa privada. Então, vale a mesma regra da frase inicial. Precisamos adequar o ambiente de negócios. Então como é um ambiente de negócio novo tem que ter legislação nova. Isso tem sido um grande empecilho, mas está sendo movimentado. Temos o anúncio da revisão de uma legislação bastante pertinente para o mês de agosto.

Responderia, Senadora, de uma maneira diferente: Avaliação estratégica e cobrança de metas. O dinheiro sempre vai ter de alguma forma ou outra. Se verificarmos a execução talvez caiamos na vala comum de ter que expressar da seguinte maneira. A proporção de recursos repassados aos Estados talvez seja sempre mais, novembro e dezembro pela dificuldade de cumprir o seu orçamento. O dinheiro, na verdade, existe. Nós precisamos otimizar metas e ser determinados em cima dos nossos desideratos. Acho que esse é o grande processo. De longe a fase imperial da época de quem era amigo do rei tinha vantagem, depois passamos para a fase burocrática, a fase de avaliação de desempenho. O Ministério da Agricultura tem feito isso de fato. Ele tem dado à iniciativa privada o direito de se manifestar e executar. Se não fizer certo, a culpa não é do Governo. Como exemplo disso, nós podemos citar o assunto polêmico da raçabilidade. A chave do negócio é botar dinheiro no bolso. Se o produtor de bovinos, ou de qualquer outro tipo de produto, não tiver tranquilidade para fazer o seu processo, ele vai migrar sempre de uma atividade para outra. Lembro dos nossos áureos tempos lá do Rio Grande do Sul que, quando a carne valia bastante, se abatiam todos os bovinos de leite e a gente não conseguia pegar nunca o ciclo do processo.

Quanto ao UE/Mercosul, eu me manifestei de uma maneira e, talvez, a senhora tenha entendido de outra forma. Para o setor bovino de cultura, da maneira como a Europa engessa o Brasil, só sai o acordo União Europeia/Mercosul à revelia do setor de exportação de carne bovina. O que a Europa tem feito, o que a Europa tem estabelecido através da 61 e essa blindagem de propriedades! Nós tínhamos 15.500 propriedades disponíveis para exportar carne bovina. Hoje temos 1.800 ou 1.900, porque não tem como estimular o produtor porque eu não posso remunerá-lo a contento se eu não tiver sequência do fato.

E mais do que isso. Nós estamos trabalhando conjuntamente com o Mdic, estamos fazendo um trabalho de base, e estamos prestes a denunciar a



União Europeia, com a abertura de um painel na OMC, por um fato bastante concreto. Como disse o Rodrigo, com o ingresso da Romênia e da Bulgária na União Europeia, até então o E25, o Brasil exportava para a Romênia e Bulgária 120 mil toneladas de carnes anuais. Mas, além dessas carnes não estarem dentro da deturpação de impostos, chegamos a pagar 170% para colocar uma carne na Europa. Com os búlgaros e romenos tradicionais produtores de embutidos, essas 120 mil toneladas quase sempre eram de produtos para fazer industrializados. Com o ingresso deles, eles passaram para o sistema de quotas. E o Brasil fez um acordo, chamado Acordo de Compensação, pelo qual trocamos aquele quantitativo de carne quase sem nenhum tipo de produto por 5.000 toneladas de Hilton.

Se a Europa nos engessa e não estamos conseguindo cumprir o Hilton, e o último ano de Hilton nós conseguimos conseguir com só 4.3%, e já temos um prejuízo somado, nos últimos três anos, de mais de US\$120 milhões só em bônus, nós não estamos sendo compensados. Segundo a nossa oficina de representação em Bruxelas, lá na pessoa do nosso embaixador Roberto Azevedo, esse, segundo avaliações jurídicas, é passível da abertura de um processo contra a OMC.

Então não acreditamos num acordo com a União Europeia/Mercosul.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Aí é *dumping*?

**O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI** – Não, aí é não compensação. O painel que possivelmente vai ser aberto pelo setor é contra a não compensação e contra as blindagens efetuadas pela Instrução 61 da União Europeia.

Em relação ao acordo União Europeia/Mercosul, como eu disse anteriormente, estamos bastante céticos porque, se vier para o setor, seria ótimo, mas, com a Europa fechada e limitando o acesso de carne, praticamente é impossível. Porque o preconizado e acertado entre todas as entidades exportadoras do Mercosul, segundo a necessidade da Europa, que seria não o aumento de consumo, mas uma queda de produção, seria da ordem de 300 mil toneladas. Queria lhe dizer que conseguimos privados, existe hoje o Fórum Mercosul da Carne, devidamente registrado, no momento que sair, as quotas já estão todas divididas. Eu não acredito no processo, mas vamos aguardar.

A última pergunta, Senadora Ana Amélia, sobre a transferência de grupos para a Argentina, Uruguai e Chile, se ela teria alguma coisa vislumbrando a perspectiva de uma harmonização sanitária, eu acredito que...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Como fuga de um ambiente desfavorável no Brasil.

**O SR. ANTONIO JORGE CAMARDELLI** – Na verdade, ela tem uma conotação mais sanitária. Por quê? Porque se eu tenho condições, na época, pela valorização do câmbio, de fazer aquisições em outros países, eu



posso, a partir de outros países, atender os mercados que eu não atendo hoje. Então, se eu tenho um frigorífico no Uruguai, eu valorizo o meu produto. Se eu tenho um frigorífico nosso na Austrália, eu tramito. E essa capilaridade é que tem possibilitado que o setor ainda, de certa forma, não tenha capitulado de maneira completa.

Penso que o Senador Cyro Miranda obtém a resposta com os questionamentos da Senadora Ana Amélia.

Eu queria também agradecer-lhes esta oportunidade e cobrar a promessa do Senador Moka, que é um brilhante batalhador, de dar sequência a esse episódio. Tenho certeza de que muito se pode conseguir se, dentro do organograma, dermos tarefa a cada um. A iniciativa privada está próxima, e, como eu disse anteriormente, o caldo de cultura, hoje, é bastante propício, porque existe uma harmonia de conhecimento e de conceito técnico entre os Ministérios intervenientes em cada processo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Antonio Jorge Camardelli. Vamos estar aqui, sem dúvida alguma. E a Senadora disse que, daqui a duas semanas, estaremos lá, pegando no pé do Dr. Daniel.

Concederei a palavra ao último palestrante. Mas quero dizer que precisarei me ausentar às 11h30. Terei de pegar um voo, porque tenho um compromisso no meu Estado. Mas não quero sair daqui antes de cumprir o nosso acordo de que votaríamos os requerimentos num entendimento entre nós. Eu queria propor que, tão logo terminasse a última palestra, pudéssemos votar. Há requerimentos em que se convocam os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário. E o do Transportes? Não, não! O do Transportes não seria aqui. Então, faríamos um acordo para que pudéssemos votar esses requerimentos em conjunto, em bloco, simbolicamente, se os Senadores assim permitissem. Assim, eu cumpriria o acordo.

E ainda há um requerimento do Senador Sérgio Souza, que pretende, numa audiência pública no Paraná, garantir a presença da TV Senado. Confesso que não sei se a Comissão tem essa prerrogativa. Se isso for prerrogativa da Comissão – a nossa assessoria está aqui –, votaremos isso também logo em seguida.

Pergunto: tenho a aquiescência do Plenário para proceder dessa forma?

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – A ideia é a de que os Ministros sejam convidados, não convocados.



**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não cometeríamos essa indelicadeza. É um convite. Evidentemente, os Ministros serão convidados.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Aliás, inicialmente, quando começou a reunião da Comissão, havia um requerimento, que foi aprovado até, do Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão, para convidar a vir aqui o Ministro da Agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que a oposição alega que esse requerimento tinha por objetivo a vinda dele aqui para falar da Pasta, e a oposição pretende que ele venha aqui especificamente para tratar dessa questão.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – É só renovar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, deveríamos aprovar os requerimentos. Os Ministros seriam convidados.

O Presidente deve estar chegando aqui. Tenho muita sorte nisso, pois só assumo a Presidência nestas condições. É impressionante! Mas acho que é importante que eu assuma. Faço esse acordo e direi ao Presidente Acir Gurgacz que esse foi o acordo. Aí o Presidente vai tomar a iniciativa de convidar cada um desses Ministros.

Já vou colocar em votação os requerimentos.

Há um requerimento do Senador Walter Pinheiro, pedindo para convidar o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Afonso Florence. Também de autoria do Senador Walter Pinheiro, há um requerimento para que se convide o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Incra. Tudo isso é convite. Há também requerimento dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, convidando o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Os requerimentos são repetitivos.

Havendo acordo, coloco em votação os requerimentos.

As Sr<sup>a</sup>s Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Peço-lhe somente um minuto. Estamos em processo de votação.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Mas vou falar sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que quero votar e, logo em seguida, dou...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Há um requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me. O senhor não estava aqui.



**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, há um requerimento do Senador...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – São dois requerimentos. Um deles convoca o Ministro Wagner Rossi, que eu transformo, em função do acordo celebrado com as lideranças do Governo nos últimos dias, em convite. E da mesma forma, o requerimento que convoca o Ministro de Desenvolvimento agrário também transformo em convite, em conformidade com o acordo que mantivemos com as lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Avaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> chegou agora, mas é exatamente esse o acordo que a Presidência acabou de propor com a aquiescência do Plenário. V. Ex<sup>a</sup> endossa também.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Agora vai ser colocado em votação.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Com a inclusão dos meus requerimentos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. Inclusive com a inclusão dos requerimentos do Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os Srs. Ministros acabaram de ser convidados para vir à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Na sequência, passo a palavra ao último palestrante, Sr. Carlos Raimundo Paviani, do Ibravin.

Pediria à Senadora Ana Amélia, que é a autora, que pudesse assumir a Presidência, porque eu, lamentavelmente, estou no meu horário e corro o risco de perder também.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – R) – Presidente, quanto ao requerimento sobre a TV Senado, que está com o Marcelo. Ele já analisou a comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. Esse requerimento, a Comissão tem competência também para definir.

V. Ex<sup>a</sup> pode encaminhar o requerimento, Senador.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Excelência.

Na verdade, a Comissão de Agricultura vai se reunir no dia 19 de agosto às 14 horas, no plenário da Assembleia Legislativa no Estado do Paraná, para debater as questões do Código Florestal.



Esse requerimento já foi aprovado na Comissão, Sr<sup>a</sup> Presidente Ana Amélia, e faltou colocar nesse requerimento a solicitação ao Presidente Sarney da disponibilização do horário da TV Senado. Nós estamos corrigindo esta falha e solicitando a apreciação desta Comissão para que seja encaminhado ao Presidente José Sarney o requerimento para disponibilização do horário, das 14h às 17h, da TV Senado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É numa sexta-feira?

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Uma sexta-feira. No horário da Comissão.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É no horário da Comissão em que se realiza aquele ciclo de debates. Penso que não haja nenhum inconveniente, mas, independente disso, dado o seu requerimento e a sugestão, a Comissão encaminhará ao Presidente José Sarney com essas explicações.

Vamos colocar em votação o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> para essa audiência pública em Curitiba, no Paraná, sobre o Código Florestal.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Sérgio.

Será cumprida a deliberação da Comissão de Agricultura.

Pela sequência e para encerrar esta audiência pública, convido o Carlos Paviani, diretor do Ibravin para fazer as suas considerações.

**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Senadora Ana Amélia, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, demais Senadores, respondo objetivamente as questões e as perguntas formuladas.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou, Senadora, o que é pior para o setor, se é câmbio, contrabando, acordos comerciais.

Eu diria, Senadora, sem dúvida nenhuma, acho que o aspecto câmbio hoje é fundamental, porque estimula muito mais as importações e facilita as importações de vinhos, que talvez nunca tiveram tão competitivos os produtos importados como agora, em função da taxa cambial.

O aspecto dos acordos comerciais, eu diria que eles são... Naqueles acordos em que não conseguimos, por exemplo, no ACE 35, entre Mercosul e Chile, o setor vitivinícola praticamente não compareceu, não porque não quis, mas porque não sabia que ele estava sendo tratado e não foi convidado. Então, eu diria que, nesse sentido, aquele acordo, sem a aquiescência, sem o setor saber, quando se deu conta, quando nós começamos a perceber isso, já era 2001, 2002. E vimos que, ali na frente, tínhamos, já em 2002, em 2003, começamos a alertar sobre o aspecto de que, a partir de 2005,



haveria redução da tributação do imposto de exportação, que encerrou no ano passado. Hoje a preferência é de 100%, ou seja, zero de imposto de exportação para o Chile. Já no acordo Argentina, o Mercosul estava tratando. Nesse caso, o setor participou na construção do regulamento vitivinícola do Mercosul. E foi importante porque nós conseguimos naquele momento barrar, por exemplo, a importação de entrada de vinhos a granel, que hoje não é permitida, o comércio a granel no Mercosul não é permitido e, hoje, há uma forte pressão da Argentina em exportar mosto concentrado, suco concentrado de uva para o Brasil, na verdade. Nesse sentido, então, há uma legislação ao Código Vitivinícola do Mercosul e à legislação brasileira que assim proíbe. Então, estamos protegidos pela legislação e pela força do acordo que se estabeleceu.

No caso da União Europeia e Mercosul, a nossa posição já foi colocada e aí a preocupação nossa é muito forte nesse sentido. O acordo Egito, por exemplo, do Mercosul, nos posicionamos favorável a ele, mas não fomos incluídos nesse acordo. Então, o vinho ficou fora disso e principalmente o suco de uva que poderia ter sido um elemento importante para perspectivas de negociação e exportação de suco no mercado que nós ainda não temos as informações totais, mas que pode ser representativo.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou, Senadora, se, ao mesmo tempo das dificuldades, o setor está crescendo – parece uma dicotomia. Eu diria que a produção de vinhos nos últimos quatro ou cinco anos no Brasil tem decrescido. A produção de sucos é que tem aumentado e que tem dado, hoje, um equilíbrio, uma certa sustentabilidade na cadeia produtiva. O suco tem crescido, principalmente o suco natural integral, a uma taxa, no mercado interno, de 20% a 25% ao ano, nos últimos oito anos.

Hoje, Senadora Ana Amélia, nesse ano que passou, no Rio Grande do Sul, que produz 90% da uva para produção de vinhos e sucos, 49% foi transformada em suco de uva. Há seis anos, isso representava apenas 24%. Mesmo tendo crescido a produção de uvas – que foi a maior colheita, 707 milhões de quilos somente no Rio Grande do Sul este ano –, 50% dessa produção foi destinada para produção de sucos, respondendo a um mercado que é positivo e que tem perspectivas de exportação. Nós, inclusive, exportamos para os Estados Unidos e para o Japão suco concentrado, que é produzido e elaborado com as variedades americanas e híbridas, que é uma diferença. Muito poucos no mundo produzem esse tipo de suco. Aqui está talvez um dos aspectos competitivos e favoráveis para o Brasil.

Então, acho que isso responde um pouco o que está dando equilíbrio um pouco ao setor nesse sentido.

Mas, claro, não queremos deixar de competir no setor de vinhos finos, principalmente, porque é um setor que agrega valor, sem dúvida nenhuma. Aí ele foge das *commodities*, o vinho de mesa é *commodity* porque ele se regula também por preços internacionais, enquanto o vinho fino – o



Senador Maldaner informa que, em Santa Catarina, os vinhos de altitude estão fazendo um belo trabalho...é verdade nesse sentido e nós queremos participar desse setor com mais força e com mais condições também.

Respondendo ao Senador Sérgio Souza que falou dos *freeshoppings*. Aqui há toda uma legislação que está sendo buscada. Nós temos na divisa com o Uruguai diversos *freeshoppings* e temos produção no Município, como é o caso de Rivera e Santana do Livramento e Rivera. Temos três vinícolas em Santana do Livramento que não conseguem competir de forma nenhuma como *freeshopping* de Rivera. Há, por exemplo, a vinícola Almadén, que está hoje promovendo e vendendo vinhos da sua vinícola, para quem visita a vinícola, a R\$6,70 a garrafa, possibilitando uma condição, eliminando toda e qualquer ganho, mas para poder servir àqueles turistas que viajam a Rivera, especificamente, para fazer compras e poderem comprar vinhos gaúchos, brasileiros, sem lucratividade nenhuma, para competir.

Esse é um dos aspectos: transformar os *freeshoppings* em ambos os lados seria talvez uma das condições importantes, possibilitar que houvesse *feeshoppings* também no lado brasileiro. Essa seria uma alternativa.

O Senador Antonio Russo falou sobre que propostas foram apresentadas com relação ao câmbio. Eu confesso, Senadora, que não tenho respostas para isso. Essa discussão do câmbio é muito maior do que a nossa possibilidade de interagir nesse sentido.

**O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS)** – Em relação a uma saída paralela ao câmbio, como alternativa.

**O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO** – A alternativa seria a questão da competitividade ou da compensação.

**O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS)** – Está cômoda para o Governo essa situação, e não é bom para a indústria que tem esse problema. Para o Governo, dentro do global, ele tem suas compensações.

**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Claro. Perfeito. Então, acho que aí seria...

Nos aspectos que a Senadora Ana Amélia me perguntou, acho que um dos piores aspectos é a questão da competitividade, ou seja, no Chile, por exemplo, eles importam rolha; quem produz rolhas de cortiça são Portugal e Espanha; o Chile importa, não cobra imposto de importação; nós pagamos 10% de importação. O Chile industrializa a rolha, cortando-a e rotulando o nome da vinícola, e não paga imposto de industrialização, o IPI; nós pagamos 10% de IPI nessa operação. Então, a nossa competitividade nas fases de produção, em relação à Argentina e ao Chile, é muito diferenciada. Aí, talvez, acho que é mais difícil e que nós temos talvez que agir nesse sentido.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dever de casa aqui para o Dr. Daniel.

**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Exatamente.



O Senador Casildo Maldaner falou da nova região dos vinhos de altitude, de São Joaquim, Campos Novos, lá no norte também, em Caçador, Água Doce, próximo a Videira. Ali há exemplos muito importantes de investimentos, de profissionalização do setor, que fortalecem nossa viticultura brasileira. Acho que está de parabéns o Estado de Santa Catarina.

Porém, Senador, faço um alerta: o Governo do Estado de Santa Catarina reduziu para 3% o ICMS para os vinhos engarrafados em Santa Catarina; por outro lado, no Programa Pró-Emprego, ele reduz a zero as importações de Santa Catarina e ainda dá compensação do tributo do ICMS para quem vende de Santa Catarina para outros Estados. Então, há um duplo ganho para quem importa, ou seja, o Estado de Santa Catarina hoje está estimulando muito mais a importação do que a produção de vinhos daquele Estado. Então, acho que aqui cabe um alerta para o senhor levar ao governo estadual também nesse sentido. Acho que o Programa Pró-emprego se justifica, porém deveria ser específico para alguns setores, ou pontualmente se deveria deixar alguns setores fora, como é o caso do vinho. Acho que, nesse sentido, fica esse setor.

E o Senador Cyro Miranda perguntou qual o impacto do acordo da União Europeia no Mercosul. Acho que isso já foi claro aqui: para alguns setores, o impacto vai ser... Hoje, competir com a União Europeia, com os subsídios e com o que ela tem de promoção de... Tínhamos este ano, em maio, por exemplo, a ExpoVinhos. A ExpoVinhos é a maior feira de vinhos realizada aqui no Brasil. A vinda para cá, por exemplo, de centenas de produtores de Portugal e da França neste ano foi totalmente subsidiada pela União Europeia, ou seja, pequenos produtores franceses e portugueses foram subsidiados totalmente para vender vinhos aqui na feira no Brasil. Temos apoio da Apex para a exportação, sim, mas não na mesma proporção do apoio financeiro que eles recebem para poderem promover seus produtos lá fora.

Por último, o Senador Moka falou dessa perspectiva de o Parlamento ajudar no sentido da pressão para que se revisem os acordos já estabelecidos ou se participe mais efetivamente dos futuros acordos. Acho que essa é uma posição concreta que se pode tirar dessa reunião, no sentido de que a revisão tem que ser pontual, talvez, na verdade, do Mercosul e dos acordos já estabelecidos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Paviani, só me dê o último dado: qual é o imposto no Chile e na Argentina, que são os maiores produtores, e o IPI do vinho no Brasil?

**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Bom, temos aí, primeiro, uma diversidade muito grande, porque temos aqui diversos tributos e uma carga tributária diferenciada.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na média.



**O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI** – Na média, temos na Argentina em torno de 25% da tributação sobre o produto vinho, e, no Chile, pode chegar até um pouquinho mais, em torno de 30%. Mas nós aqui, internamente, se somarmos ICMS, PIS, Cofins, todos os tributos, chegamos entre 42%, como mínimo, isso para os produtos de maior valor agregado, porque os produtos de menores valores são os que mais são tributados, e aí chegam até 52% sobre o preço de uma garrafa de vinho.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com esse dado, acho que fica bem explicada a nossa assimetria, nossa falta de competitividade determinada pela legislação tributária, cambial e uma logística deficitária, quadro mais ainda agravado, como lembrou o Poletto e agora também o Paviani, pela guerra fiscal dos Estados na questão da tributação do trigo e de outros produtos, de outros insumos, e o caso também de Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Só para colocar, e cumprimentando também o Paviani, que ouvimos falar sobre as questões catarinenses e os valores agregados em alguns setores, o próprio azeite, que começa a ser produzido lá no Estado, mas eu acho fundamental isso... E da isenção do ICMS do Rio e na importação, que não há isenção... Essa é uma questão que eu até diria que não é somente de Santa Catarina. O Espírito Santo está nessa, e os Estados que têm portos de exportação e uma guerra com São Paulo. É a mesma coisa que o Senador Russo perguntou sobre como é o negócio do câmbio. O câmbio é uma coisa ampla. Então, essa questão é dos Estados importadores, dos seus portos e envolve... No fundo, o pessoal da Fazenda diz que tem vantagens para o Estado. Mas isso o Governo está analisando, tem que ser uma questão sistêmica, isso vai se resolver, essa guerra fiscal entre os Estados. Nós precisamos enfrentar isso, o Ministério da Fazenda; tem que ser um conjunto. Está se debatendo isso, vamos encontrar a solução. Mas, a guerra fiscal entre os Estados importadores isso tem uma outra novela, mas nós vamos tentar encontrar esse caminho.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Emenda Jucá resolve.

Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Dado o adiantado da hora, eu queria agradecer imensamente, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é presidida pelo Senador Acir Gurgacz e hoje comandada pelo nosso Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, desta audiência pública que avaliou o impacto do custo de produção das cadeias produtivas mais importantes do agronegócio, o trigo e arroz, a cadeia produtiva do leite, também da carne e do vinho.

Agradecer imensamente essa preciosa colaboração dada pelos expositores, que representam esses setores que contribuem para o desenvolvimento brasileiro.



E ao Dr. Daniel Godinho, representante do MDIC, um agradecimento especial, e tenho a convicção de que ele leva daqui desta audiência um material substantivo sobre as demandas que o setor tem. Quer dizer, não há mais dúvidas sobre os pontos mais relevantes que complicam. Alguns deles, até um simples custo burocrático na demora da liberação de uma licença ou de várias composições do impacto que tem sobre o custo final da produção. Quanto melhor for o ambiente para a produção, a produtividade e o empreendedorismo nós estaremos em melhor condição de competir, especialmente no âmbito do Mercosul. A revisão do acordo do Mercosul parece que foi a chave desta audiência realizada hoje pela manhã. Claro, preservadas todas as nossas relações diplomáticas, as nossas relações políticas com esses países, porque isso faz parte de um esforço estratégico do Governo brasileiro, e também do Mercosul, no sentido de fortalecer essa região, até diante desse cenário internacional adverso, com a crise dos Estados Unidos e da Europa. O fortalecimento deste mercado aqui da região vai ser, possivelmente e seguramente, a salvação dos nossos problemas, como já aconteceu em passado recente.

Eu queria agradecer novamente ao Dr. Daniel Godinho, representante do MDIC; ao Carlos Poletto, da Cotrijui; ao Rodrigo Alvim, da CNA, da área de produção de leite; ao Camardelli, da Abiec; ao Ibravim, através do Carlos Paviani.

A todos os Srs. Senadores, muito obrigada.

Antes de encerrar...

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Sr<sup>a</sup> Presidente, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela ideia de realizar esta audiência pública, aos senhores convidados. E o Senador Russo estava me dizendo que a senhora teve uma ideia tão extraordinária, a de começar com o arroz, com o trigo. Parece até uma brincadeira, mas culmina bem nesta mesa de encerramento. Começou com o arroz, com o trigo. Depois a senhora enveredou para a questão da carne; entramos também no suco e, para terminar, um bom vinho. Parece que tem uma sequência...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está na hora de testarmos este cardápio, Senador Maldaner, porque é praticamente meio-dia, hora do almoço.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro aos Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que será realizado amanhã, 5 de agosto, às 14h, em cumprimento a um requerimento meu também, não quero dominar, mas que tem por objetivo avaliar os custos e impactos econômicos decorrentes da recomposição ambiental das áreas produtivas, por ocasião da discussão, aqui nesta Casa, do Projeto da Lei da Câmara nº 30, de 2011, e o novo Código



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**  
**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

---

**SF - 60**

Florestal, com a participação dos seguintes convidados, que estarão nesta audiência de amanhã:

- Dr. Luís Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal Comentado*;
- Antônio da Luz, assessor econômico da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul;
- Gilson Bittecourt, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
- Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
- Anselmo de Jesus, Secretário de Agricultura de Rondônia; e
- Devanir Garcia dos Santos, gerente de uso sustentável de água e do solo, da Agência Nacional de Águas – ANA.

Muito obrigada, mais uma vez.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)*